

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO



Recife, 2011



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SUREG/PE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010 e 110/2010, da Portaria TCU nº 227/2010 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 e Norma de Execução nº 3/2010.

Superintendência Regional de Pernambuco – SUREG/PE

Recife/2011

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
3. Gestão Orçamentária.....	17
3.1 Responsabilidades Institucionais	17
3.1.1 Competência Institucional	17
3.1.2 Objetivos Estratégicos	29
3.2 Programa de Governo.....	33
3.2.1 Execução dos Programas de Governo	33
3.2.2 Execução Física das Ações	35
3.2.3 Outras ações.....	64
3.3 Desempenho Orçamentário/financeiro	95
3.3.1 Programa Orçamentário das Despesas	95
3.3.2 Execução Orçamentária das Despesas.....	96
3.3.3 Indicadores Institucionais	98
3.4 Recolhimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	116
3.5 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	117
3.6 Recursos Humanos	118
3.6.1 Indicadores gerenciais sobre humanos	123
3.7 Transferências	130
3.8 Declaração Atestando que o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV estão Disponíveis e Atualizados	131
3.9 Cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	133
3.10 Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ	134
3.11 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou obras, e Informações Relacionadas à Separação de Resíduos Recicláveis Descartados	136
3.12 Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, Classificado como “Bens de Uso Especial”, de Propriedade da União ou Locado de Terceiros.....	139
3.13 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	141
3.14 Renúncia Tributária.....	151
3.15 Providências adotadas para atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou As Justificativas para o não Cumprimento.....	152
3.16 Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso Exista na Estrutura do Órgão, Apresentando as Justificativas para os Casos de não Acatamento.....	153

4. Informações contábeis	166
4.1 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) e o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR	166
4.2 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	166
4.3 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas..	166
4.4 Composição acionária do capital social.....	188
4.5 Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.....	191
5. Conteúdo específico.....	192
5.1 Remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada	192
6. Unidade Jurisdicionada Patrocinadora de Entidade Fechada de Previdência Complementar .	197

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1. Institucional.....	11
----------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Região Nordeste com os municípios onde foram pagas subvenção da cana-de-açúcar.....	64
Figura 2. Mapa de Pernambuco com a área de Atuação do PAA.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Comparativo de Vendas – SUREG/PE x CONAB.....	75
Gráfico 2. Evolução do Número de Empregados.....	121
Gráfico 3. Evolução do N.º de Treinandos e do Custo <i>Per Capta</i>	123
Gráfico 4. Serviços de Saúde.....	124
Gráfico 5. Evolução das Demandas Trabalhistas.....	125

LISTA DE TABELAS

Quadro 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	14
Quadro 2. Descrição das ações realizadas.....	35
Quadro 3. Gestão e Administração do Programa – Metas.....	36
Quadro 4. Discriminação das Despesas.....	37
Quadro 5. Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns - Metas.....	38
Quadro 6. Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns - Detalhes.....	39
Quadro 7. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Metas.....	40
Quadro 8. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Discriminação 1.....	41
Quadro 9. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Discriminação 2.....	41
Quadro 10. Fiscalização dos instrumentos de comercialização - Discriminação Milho.....	42
Quadro 11. Fisc. dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comerc. de Produtos Agroalimentares - Execução Orçamentária.....	42
Quadro 12. Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Metas.....	43
Quadro 13. Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Elementos de Despesas.....	44
Quadro 14. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Metas.....	44
Quadro 15. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Discriminação.....	45
Quadro 16. Assist. Médica e Odontológica aos Servid., Empregados e seus Depend. - Elementos de Despesas.....	45
Quadro 17. Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - Metas.....	46
Quadro 18. Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Metas.....	47
Quadro 19. Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Discriminação.....	48
Quadro 20. Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Metas.....	49
Quadro 21. Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Discriminação.....	49
Quadro 22. Formação de Estoques Públicos - Metas.....	50
Quadro 23. Formação de Estoques Públicos - Remoções.....	51
Quadro 24. Formação de Estoques Públicos - Despesas.....	51
Quadro 25. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Metas.....	52
Quadro 26. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Discriminação.....	53

Quadro 27. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Área de Conhecimento.....	53
Quadro 28. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Elementos de Despesas.....	54
Quadro 29. Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar - Metas.....	55
Quadro 30. Geração e Difusão de Infor. da Agropecuária e do Abast. Agroalimentar - Elementos de Despesas.....	55
Quadro 31. Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - Metas.....	56
Quadro 32. Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - Produtos.....	57
Quadro 33. Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - Período.....	58
Quadro 34. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Metas.....	60
Quadro 35. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Safra.....	61
Quadro 36. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Produto.....	62
Quadro 37. Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista - Metas.....	63
Quadro 38. Cumprimento de Sentenças Judiciais T. em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista - Elementos de Despesas.....	63
Quadro 39. PEP/Milho - Origem/Destino.....	65
Quadro 40. PEP/Milho - Leilões.....	65
Quadro 41. PEPRO - Milho.....	66
Quadro 42. Datas para acompanhamento dos leilões do prêmio para o escoamento do produto - PEPRO/2010.....	66
Quadro 43. Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar.....	67
Quadro 44. Demonstrativo das Metas Previstas.....	73
Quadro 45. Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS.....	74
Quadro 46. Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/MDS.....	74
Quadro 47. Demonstrativo da Execução da Despesa/MDS.....	74
Quadro 48. Demonstrativo de Remoção dos Estoques/MDA.....	75
Quadro 49. Demonstrativo da Execução da Despesa/MDA.....	76
Quadro 50. Demonstrativo de Vendas em Balcão.....	78
Quadro 51. Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar.....	80
Quadro 52. Demonstrativo da Produção de Açúcar.....	81
Quadro 53. Demonstrativo da Produção de Álcool.....	82
Quadro 54. Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos.....	83
Quadro 55. Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios.....	84
Quadro 56. Demonstrativo da Execução da Despesa - Distribuição de alimentos/ML.....	84
Quadro 57. Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos.....	86
Quadro 58. Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios.....	87
Quadro 59. Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos.....	88
Quadro 60. Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos/MDS.....	89
Quadro 61. Remoções de Estoques do MDS.....	89
Quadro 62. Receita de Armazenagem - Dados.....	89

Quadro 63. Receita de Armazenagem - Histórico.....	90
Quadro 64. Receita de Armazenagem - Estoque.....	90
Quadro 65. Demonstrativo das Doações Realizadas.....	91
Quadro 66. Demonstrativo da Distribuição de Produtos.....	92
Quadro 67. Doação de Feijão dos Estoques Públicos.....	93
Quadro 68. Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (Oriundo da Agricultura Familiar).....	94
Quadro 69. Programa Orçamentário das Despesas.....	95
Quadro 70. Despesas por Grupo e Elemento de Despesas.....	96
Quadro 71. Despesas por Modalidade de Contratação.....	97
Quadro 72. Indicadores Institucionais/GAP.....	99
Quadro 73. Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas.....	100
Quadro 74. Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria.....	100
Quadro 75. Percentual de Fiscalizações Realizadas.....	101
Quadro 76. Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sust. de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	101
Quadro 77. Índice de Perdas em Armazenagem.....	102
Quadro 78. Índice de Desvio de Produtos Armazenados.....	102
Quadro 79. Índice de ocorrência de produtos desclassificados.....	103
Quadro 80. Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão.....	103
Quadro 81. Custo por Fiscalização Realizada.....	104
Quadro 82. Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos.....	104
Quadro 83. Percentual de Armazéns Cadastrados.....	105
Quadro 84. Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns.....	105
Quadro 85. Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	106
Quadro 86. Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	106
Quadro 87. Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	107
Quadro 88. Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	107
Quadro 89. Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	108
Quadro 90. Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação.....	108
Quadro 91. Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação.....	109
Quadro 92. Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação.....	109
Quadro 93. Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte.....	110
Quadro 94. Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte.....	110
Quadro 95. Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte.....	111
Quadro 96. Atendimento da Demanda de Capacitação.....	111
Quadro 97. Percentual da Execução Financeira com Capacitação.....	112
Quadro 98. Custo por Empregado Capacitado.....	112
Quadro 99. Percentual de Unidades Varejistas Organizadas.....	113

Quadro 100. Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	113
Quadro 101. Percentual de Pesquisa de Safras.....	114
Quadro 102. Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras.....	114
Quadro 103. Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	115
Quadro 104. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	117
Quadro 105. Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	118
Quadro 106. Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual.....	119
Quadro 107. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	119
Quadro 108. Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	120
Quadro 109. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	120
Quadro 110. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	120
Quadro 111. Composição do Quadro de Estagiários.....	121
Quadro 112. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	121
Quadro 113. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	122
Quadro 114. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	122
Quadro 115. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	123
Quadro 116. Demandas Trabalhistas, por SUREG e Risco.....	129
Quadro 117. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	134
Quadro 118. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	136
Quadro 119. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	139
Quadro 120. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	140
Quadro 121. Gestão de TI da UJ.....	141
Quadro 122. Técnicos da SUTIN por tipo de vínculo.....	143
Quadro 123. Técnicos da SUTIN por Área.....	143
Quadro 124. Processos/Descrição/ Quantidade sobre TI.....	149
Quadro 125. Declaração Plena do Contador.....	166
Quadro 126. Balanço Patrimonial - Ativos 2009/2010.....	167
Quadro 127. Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010.....	170
Quadro 128. Exercício findo em 31 de dezembro de 2010.....	172
Quadro 129. Créditos Tributários - em R\$ mil.....	176
Quadro 130. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo - em R\$ mil.....	177
Quadro 131. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo - em R\$ mil.....	178
Quadro 132. Créditos em Cobrança - em R\$ mil.....	178
Quadro 133. Devedores/Circulantes - em R\$ mil.....	179
Quadro 134. Devedores/Não Circulantes - em R\$ mil.....	179
Quadro 135. Bens de Estoques - em R\$ mil.....	180
Quadro 136. Ações prováveis - em R\$ mil.....	182

Quadro 137. Ações possível - em R\$ mil.....	183
Quadro 138. Ações contingentes - em R\$ mil.....	183
Quadro 139. Diversos Responsáveis em Apuração - em R\$ mil.....	184
Quadro 140. Programa de Revitalização – PNUD - em R\$ mil.....	186
Quadro 141. Composição Acionária do Capital Social.....	188
Quadro 142. Investimentos Permanentes em outras sociedades.....	189
Quadro 143. Ações Preferenciais - em %.....	190
Quadro 144. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	193
Quadro 145. Síntese da remuneração dos Diretores.....	194
Quadro 146. Síntese da remuneração dos Conselheiros Fiscais.....	195
Quadro 147. Síntese da remuneração dos Conselheiros Administrativos.....	196
Quadro 148. CIBRIUS - Folha de pagamento.....	198
Quadro 149. CIBRIUS - Contribuições pagas.....	199
Quadro 150. Contribuição Patronal.....	200
Quadro 151. CIBRIUS - Descrição.....	201
Quadro 152. Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento.....	205
Quadro 153. Meta de Rentabilidade.....	205
Quadro 154. Risco de Crédito.....	206
Quadro 155. Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos janeiro a dezembro 2010.....	209
Quadro 156. Parecer Atuarial Anual - Discriminação.....	212
Quadro 157. Parecer Atuarial Anual - Contribuição.....	212
Quadro 158. Patrimônio - Projeções.....	216
Quadro 159. Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003.....	225

SIGLAS

AAD	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ADV	ADIANTAMENTO DE VIAGEM
AGF	AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL
AGU	ADVOGACIA GERAL DA UNIÃO
ATA	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO
BD	BENEFICIO DEFINIDO
CAMEX	CÂMARA DE COMERCIO EXTERIOR
CDAF	COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CEASA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO
CETIP	CENTRAL DE CUSTÓDIA E DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS
CGPLAN	COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO
CGSI	COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CIBRIUS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA CONAB
CNPB	CÓDIGO NACIONAL DE PLANO DE BENEFÍCIOS
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
COFINS	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAD	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CONSAD	CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DESENVOLVIMENTO LOCAL
CPF	CADASTRO DE PESSOA FÍSICA
CPR	CÉDULA DE PRODUTO RURAL
DEST	DEPARTAMENTO DAS ESTATAIS
DIAFI	DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
DIFIN	DIRETORIA FINANCEIRA
DIPAI	DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES
DIRAD	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIRHU	DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DN	DECISÃO NORMATIVA
EFD	ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
EPAGRI	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL E SANTA CATARINA
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNASA	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
GEARE	GERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
GEASI	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE REDE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
GEBEM	GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
GECAD	GERÊNCIA DE CADASTRO E CREDENCIAMENTO DE ARMAZÉNS
GECOM	GERENCIA DE COMERCIALIZAÇÃO
GEDES	GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
GEFAD	GERENCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GEFIS	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS
GEFOC	GERENCIA DE INFORMAÇÃO E CONTROLE DE ESTOQUE

GEFOG	GERENCIA DE CONTROLE FINANCEIRO E OPERAÇÕES GOVERNAMENTAIS
GEFOP	GERENCIA DE FOLHA DE PAGAMENTO
GEMOV	GERENCIA DE MOVIMENTAÇÕES DE ESTOQUE
GEOPE	GERENCIA DE OPERAÇÕES
GEPAB	GERENCIA DE PROGRAMAS SOCIAIS DE ABASTECIMENTO
GEPAS	GERENCIA DE PATRIMÔNIOS E SEGUROS
GEPRI	GERÊNCIA DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS
GESAS	GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
GESOF	GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE SOFTWARE
GESUT	GERÊNCIA DE SUPORTE TÉCNICO
GEVAP	GERENCIA DE APOIO NO VAREJO DE PEQUENO PORTE
GPS	SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL
GRU	GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO
IAPAR	INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INMET	INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA
INPE	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS
INSS	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇO
LALUR	LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MI	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
MOC	MANUAL DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
MP	MEDIDA PROVISÓRIA
MPORG	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
NBR	NORMAS BRASILEIRAS
NOC	NORMAS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PASSEP	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
PCV	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM
PDTI	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PEP	PRÊMIO DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO
PEPRO	PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR
PESOJA	PRÊMIO PARA EQUALIZAÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA DA SOJA EM GRÃOS
PGPAF	PROGRAMA DE GARANTIA DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PGPM	PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMO
PNUD	PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS
PPA	PROGRAMA PLURIANUAL

PREVIC	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PRODEA	PROJETO SOCIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS
PROGE	PROCURADORIA GERAL
PROHORT	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO MERCADO HORTIGRANJEIRO
PROP	PRÊMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTO AGRÍCOLA
PRORE	PROCURADORIA REGIONAL
REFAP	REDE DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO FAMILIAR DE PRODUTOS BÁSICOS
SAAGRA	SISTEMA APLICADO À ARMAZENAGEM DE GRÃOS
SAS	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE
SECOF	SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECOM	SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO
SEDEM	SETOR DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
SEGEO	SETOR DE APOIO À LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA
SEOPE	SETOR DE OPERAÇÕES
SEPAB	SETOR DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAL DE ABASTECIMENTO
SEREH	SETOR DE RECURSOS HUMANOS
SESAN	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SETAD	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAGRO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS E DE ABASTECIMENTO
SIASG	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
SICARM	SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMAZENADORAS
SICONV	SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA
SIGEST	SISTEMA DE GESTÃO DE ESTOQUES
SIORG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL
SIPLAN	SISTEMA INFORMATIZADO DE PLANEJAMENTO
SISCOE	SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO ELETRÔNICA
SISMAT	SISTEMA DE MATERIAL
SPA	SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
SPAE	SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUARM	SUPERINTENDÊNCIA DE ARMAZENAGEM
SUCON	SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
SUFIN	SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS
SUGOF	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA OFERTA
SUINF	SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO
SUMAJ	SUBPROCURADORIA DE MATÉRIA JUDICIAL
SUOPE	SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES
SUPAB	SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO SOCIAL
SUPAD	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPOR	SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AVALIAÇÃO
SUREG	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
SUREH	SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TNS	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR
TVN	TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO
UA	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO
UC	UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO
UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UG	UNIDADE GESTORA
UGR	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL
UJ	UNIDADE JURISDICIONADA
UNICAMP	UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
VEP	VALOR PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO

1. Introdução

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no Estado de Pernambuco (SUREG/PE), ao Tribunal de Contas da União – TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 14, 15, e 16 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual – PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da SUREG/PE, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Merece destaque as ações de socorro e de segurança alimentar decorrentes de Planos de Trabalhos ajustadas entre a Conab e o Ministério da Integração Nacional (Secretaria Nacional de Defesa Civil) e também entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Social, uma vez que o Estado de Santa Catarina nos últimos três anos tem sofrido com os efeitos de sucessivos eventos climáticos, tais como vendavais, chuvas de granizo, tornados e enchentes, e suas consequências.

Desta forma, o presente Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da SUREG/PE, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.

2. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 2114
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Pernambuco			
Denominação abreviada: SUREG/PE			
Código SIORG: 087276		Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135285
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(081) 3271-4291	(081) 3453-4038	(081) 32713488
E-mail: pe.sureg@conab.gov.br			
Página na Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Estrada do Barbalho, nº 960, Iputinga, CEP: 50960-000, Recife – PE.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB foi constituída nos termos do Artigo 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, seu Estatuto Social foi aprovado através do Decreto nº 99.994, de 26 de dezembro de 1990 e iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991.			
A Superintendência Regional de Pernambuco – SUREG/PE é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 8 de maio de 1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Artigo 15, inciso VIII, e considerando o Artigo 11, inciso 1º e Artigo 18 do Estatuto Social e os Artigos 52 e 70 do Regimento Interno da Companhia.			
Com sede em Recife – PE e jurisdição apenas no Estado de Pernambuco, a SUREG/PE está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias.			
Normas que estabelecem a estrutura orgânica: sua Estrutura Orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração:			
Superintendência Regional – SUREG			
I. Procuradoria Regional – PRORE			
II. Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico – GEDES			
a) Setor de Desenvolvimento Empresarial – SEDEM			
b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO			
III. Gerência de Operações – GEOPE			
a) Setor de Operações de Estoque – SEOPE			
b) Setor de Operações Comerciais – SECOM			
c) Setor de Programas Institucionais e Social de Abastecimento – SEPAB			
IV. Gerência de Finanças e Administração – GEFAD			
a) Setor de Recursos Humanos – SEREH			
b) Setor Administrativo – SETAD			
c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF			
V. Unidade Operacional			
a) Unidade de Comercialização – UC			
b) Unidade de Armazenamento – UA			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 171, de 17 de janeiro de 1991, Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000, Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001, Estatuto Social e o Regimento Interno.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC, Normas da Organização – NOC.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135290	UC – Recife		
135298	UA – Arcoverde		
135304	UA – Recife		
135405	UC – Caruaru		

135286	Unidade Est. Estratégico/PE
135287	Núcleo Estoque Regulador/PE – PGPM
135563	Unidade CONAB PAA Pernambuco
135438	Mercado de Opções – PE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135290	22211
135298	22211
135304	22211
135405	22211
135286	22211
135287	22211
135563	22211
135438	22211

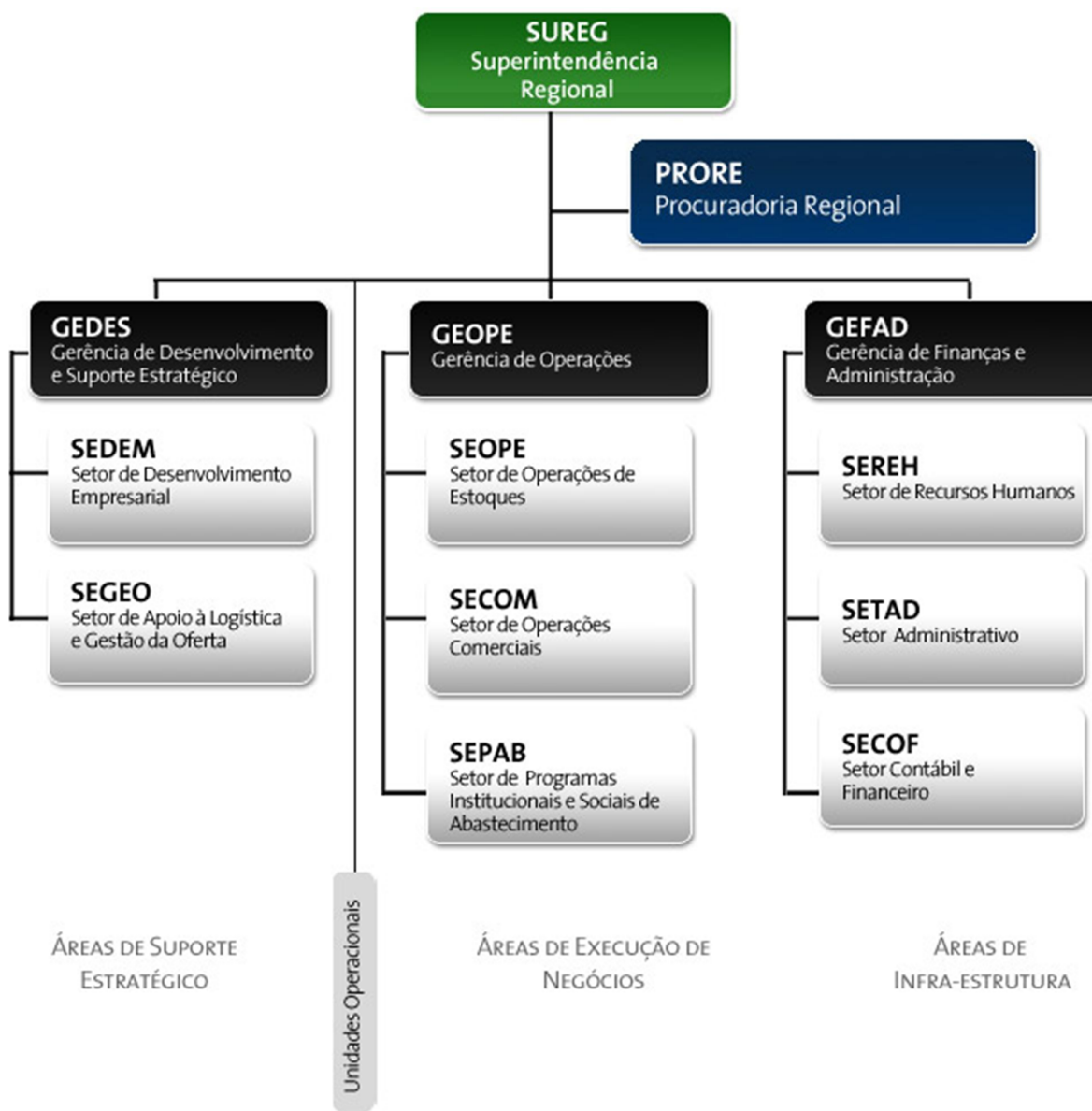
Fonte: SECOF

Com sede em Recife, a SUREG/PE está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Fluxograma 1. Institucional



Fonte: SUPOR

3. Gestão Orçamentária

3.1 Responsabilidades Institucionais

3.1.1 Competência Institucional

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **missão** institucional da Conab é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”**.

A Companhia tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola;
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na

execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

A – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar Suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum – TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola – SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida à legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

- **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

- **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de

condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

B – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar Suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do

Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa à formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.
- Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2009 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

C – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional – MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas

comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante Suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2001, para o Estado do Amazonas. Em 2010, foram cadastradas 185 novos varejistas, e disponibilizada para venda em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

D – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes à: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições – AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto – VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela já extinta Companhia de Financiamento da Produção – CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização

de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc., complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu à elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como Suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar Suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc.), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (CEASAS), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e

agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

E – Gestão de Estoques (Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários)

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil. De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão Suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UA's – Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivalem a 1.125.336 t, sendo 927.536 t de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros

estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto – PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada – PROP.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfiados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o Suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

3.1.2 Objetivos Estratégicos

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/2011, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a

oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi à utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos

com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante Suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do Suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização – SINAC que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das CEASAS para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas CEASAS, informações sobre o PROHORT, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as CEASAS, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

3.2 Programa de Governo

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab-SUREG/PE estão inseridas em 14 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras.

3.2.1 Execução dos Programas de Governo

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) **Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).
 - c) **Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) **Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) **Margem de Disponibilidade de Trigo:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos – PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais

3.2.2 Execução Física das Ações

Quadro 2. Descrição das ações realizadas

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	130	122	325
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	1.200	1.213	1.200
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	40	83	75
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	300	299	270
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	310	329	325
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton.)	0	0	0
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	70	125	80
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	1	2	1
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	105	0	50
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	-
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	245	52	140
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	1	1	1
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	0	0	0
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	433	117	116
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	8	8	8
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-

Fonte: GEARE

(2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN, Gerência de Finanças e Administração – GEFAD
- **Responsável Regional:** Marília Cristina Cesse Barreto (Ato DIRAD nº166, de 06/07/09)

Quadro 3. Gestão e Administração do Programa - Metas

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: SIAFI – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	SUREG-PE	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	7.675.500,00	1,67
Pessoal	359.742.641,00	5.602.500,00	1,56
Custeio	81.077.168,00	2.073.000,00	2,56
Investimentos	18.522.832,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	447.856.094,54	7.671.852,62	1,71
Pessoal	356.605.474,56	5.599.933,85	1,57
Custeio	80.499.809,63	2.071.918,77	2,57
Investimentos	10.750.810,35	0,00	0,00
Índice	97,50	99,95	-

Fonte: SUPOR e SIAFI

A dotação aprovada para a SUREG/PE foi de R\$7.675.500,00, sendo R\$5.602.500,00 para despesas de pessoal e encargos sociais e R\$2.073.000,00 para custeio. Não havia, na época previsão de dotação orçamentária para investimentos.

Da meta prevista foram executados no exercício R\$5.599.933,85 com despesas de pessoal e encargos sociais e R\$2.071.918,77 com custeio, representando 99,95% da dotação prevista, ou seja, 1,71% do gasto total, em comparação com as dotações da Conab. Na SUREG, as despesas de pessoal são as mais expressivas, conforme detalhado a seguir.

Quadro 4. Discriminação das Despesas

Discriminação	PE			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	11.890.236,11	14.717.456,41	15.551.049,37	5.599.933,85
Outros benefícios assistenciais	44.273,20	30.150,00	50.250,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	8.837.479,38	10.995.197,72	11.501.620,52	990.735,48
Obrigações patronais	2.961.718,78	3.658.378,94	901.975,48	1.008.379,15
Outras despesas variáveis	36.133,46	29.058,38	62.244,88	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	511,43	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	10.631,29	4.159,94	20.525,95	1.172,08
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	3.014.432,54	3.599.647,14
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	1.619.342,32	1.527.941,62	1.458.887,16	2.071.918,77
Outros benefícios assistenciais	0,00	2.975,00	0,00	0,00
Diárias	100.190,08	76.937,50	145.877,96	142.242,50
Material de consumo	214.554,66	168.684,20	149.607,94	125.101,42
Passagens e Despesas com locomoção	47.460,31	49.622,07	65.516,83	70.432,86
Serviços de Consultoria	0,00	6.800,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	24.501,42	36.940,89	28.888,01	10.168,93
Locação de mão-de-obra	297.315,28	310.605,30	283.440,60	467.102,37
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	770.591,43	709.857,35	628.996,79	1.103.446,13
Obrigações tributárias e contributivas	159.475,03	161.455,19	155.850,65	149.397,78
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	5.254,11	4.064,12	708,38	1.959,39
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	2.067,39
Investimentos	183.201,92	134.169,99	109.655,32	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	183.201,92	134.169,99	109.655,32	0,00
Total	13.692.780,35	16.379.568,02	17.119.591,85	7.671.852,62

Fonte: SIAFI

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nas Regionais da Conab eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal de toda a Companhia,

cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD, Setor de Operações – SEOPE
- **Responsável Regional:** Ricardo Almeida da Silva (Ato DIAFI 193, 23/04/03)

Quadro 5. Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns - Metas

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	SUREG-PE	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	180.000,00	0,86
Despesas Correntes	5.850.000,00	30.000,00	0,51
Despesas de Capital	15.200.000,00	150.000,00	0,99
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	29.399,84	2,10
Despesas Correntes	1.053.606,66	29.399,84	2,79
Despesas de Capital	346.883,27	0,00	0,00
Restos a Pagar	5.763.613,03	140.911,51	2,44
Despesas Correntes	409.482,03	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.354.131,00	140.911,51	2,63
Execução Total	7.164.102,96	170.311,35	2,38
Índice	34,03	94,62	-
Meta Física – unidade modernizada	70	1	-
Execução Física	88	2	2,27
Índice	125,71	200,00	-

Fonte: SUPOR e SIAFI

Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010.

Da despesa total R\$140.911,51 foram inscritos em restos a pagar não processados para execução no exercício de 2011.

Quadro 6. Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns - Detalhes

UF	Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
			Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
PE	Arcoverde	Aquisição de tela protetora para colocação nas entradas e portões	29.399,84	0,00	29.399,84	0,00		0,00	29.399,84	0,00	29.399,84
		DESPESAS COM AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO ATRANSPORTES DE CARGAS E GRÃOS CLASSIFICAÇÃO VEGETAL E PARA O TRATAMENTO FITOSSANITARIO CONFORME CI SUARM/1045	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
		Aquisição de engenho de prova de arroz	0,00	0,00	0,00	0,00	11.785,71	11.785,71	0,00	11.785,71	11.785,71
		Aquisição de 1 homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
		Aquisição de 1 jogo de peneiras de classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
		Aquisição de 1 determinador de umidade eletrônico com impressora matricial	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
		Total	29.399,84	0,00	29.399,84	0,00	16.392,86	16.392,86	29.399,84	16.392,86	45.792,70
	Recife	Reparo e conserto no telhado e reforço estrutural nas marquises, calhas, rufos e vigas.	0,00	0,00	0,00	0,00	124.518,65	124.518,65	0,00	124.518,65	124.518,65
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	124.518,65	124.518,65	0,00	124.518,65	124.518,65
	Total		29.399,84	0,00	29.399,84	0,00	140.911,51	140.911,51	29.399,84	140.911,51	170.311,35

Fonte: SIAFI

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder ao registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas

em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS, Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS e Setor de Operações – SEOPE
- **Responsável Regional:** Ricardo Almeida da Silva (Ato DIAFI nº 193, 23/04/2003)

Quadro 7. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Metas

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares			
Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001 PTRES = 01690			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	50.000,00	1,61
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	50.000,00	1,61
Execução Orçamentária	2.603.751,25	37.841,87	1,45
Índice	83,99	75,68	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	70	1,67
Execução Física	8.880	125	1,41
Índice	211,43	178,57	-

Fonte: SIAFI, GEFIS e GEVEP

A meta física previa a realização de 70 fiscalizações no âmbito da SUREG/PE, o que correspondia a 1,67% de todas as realizadas pela Conab no exercício. Foram realizadas 125 fiscalizações, superando a meta em 78,57%, ao custo total de R\$37.841,87.

a) fiscalização dos estoques públicos

No calendário de Fiscalização dos Estoques Governamentais para o Exercício de 2010, elaborado pela GEFIS foi previsto a realização de 2 operações no Estado, nos meses de abril e novembro/dezembro. Além destas foi realizada mais 1 operações especiais em decorrência de danos qualitativos ou quantitativos aos estoques.

Nestas oportunidades foram visitados 9 armazéns sendo fiscalizadas de forma cumulativa 23.186 toneladas de produtos vinculados às AGF's, aos Contratos de Opção de Venda, ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, à estratégia Fome Zero.

Quadro 8. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Discriminação 1

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoque Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoque Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	12.829	12.829	6.018	6.013
Contrato de Opção	0	0	3.954	3.954
Agricultura Familiar	7.317	7.317	7.880	7.880
Fome Zero	7.681	7.681	5.339	5.339
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	-	-	-	-
Total	27.827	27.827	23.191	23.186

Fonte: GEFIS

Foram registradas perdas quantitativas, nos estoques de milho, no total de 5 toneladas, conforme discriminado no quadro a seguir.

Quadro 9. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Discriminação 2

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	46	46	28	19
AGF	-	-	-	-
PEPRO	25	21	16	96
PEP	63	25	102	1
VEP	27	22	-	-
PROP	-	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	-	1	1	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	161	115	147	116

Fonte: GEVEP

Referente às perdas quantitativas apuradas e registradas nos Termos de Vistoria e Notificação – TVN foram calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou em perdas em armazenagem. Em seguida foram procedidas as baixas contábeis pela SUREG, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVN's, à Superintendência de Operações – SUOPE (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM (para atualização dos registros cadastrais - impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças – SUFIN (para cobrança).

Todo o processo de fiscalização segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab – MOC

(Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais) e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004, ou, ainda, em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

b) Fiscalização dos instrumentos de comercialização

Em 2010, no PE, foram vistoriados 19 cadastros do Programa Vendas em Balcão e 97 operações de PEPRO e PEP, buscando averiguar a aderência da documentação apresentada às exigências constantes nos respectivos avisos de venda. Verifica-se uma redução de 21,09% em relação ao exercício anterior.

Quadro 10. Fiscalização dos instrumentos de comercialização - Discriminação Milho

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	-	-	-	5	5
Total	0	0	0	5	5

Fonte: GEFIS

c) Execução Orçamentária

Em 2010, foi gasto R\$37.841,87, destacando-se as despesas com diárias, que representaram 85,89% da despesa total, com variação, a maior de 63,89% sobre as do exercício anterior.

Quadro 11. Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares - Execução Orçamentária

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	18.327,50	5.561,91	12.430,22	151,20	210,60	9,00	0,00	0,00	36.690,43
2008	6.705,00	1.885,47	1.587,84	9,30	50,82	0,00	1.799,00	0,00	12.037,43
2009	19.831,62	2.237,49	600,00	0,00	569,26	0,00	0,00	0,00	23.238,37
2010	32.502,10	5.339,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.841,87

Fonte: SIAFI

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro, Credenciamento de Armazéns – GECAD e Setor de Operações
- **Responsável Regional:** Ricardo Almeida da Silva (Ato DIAFI nº 193, 23/04/2003)

Quadro 12. Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Metas

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001 PTRES = 01692			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	13.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	13.000,00	2,60
Execução Orçamentária	453.058,55	12.188,00	2,69
Índice	90,61	93,75	-
Meta Física	4.500	105	2,33
Execução Física	6.115	-	0,00
Índice	135,89	-	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GECAD

A dotação Conab aprovada foi de R\$500.000,00, tendo sido gastos R\$453.058,55, perfazendo 90,61% do programado.

A Meta Física estabelecida para cadastrar 4.500 unidades foi cumprida em 135,89%, que corresponde a 6.115 unidades. A SUREG/PE teve uma dotação orçamentária final de R\$13.000,00, tendo sido gastos o montante de R\$12.188,00, o que representou 93,75% do programado. Já a meta física previa o cadastramento/recadastramento de 105 105 armazéns, o que não ocorreu. A não execução em 2010 deve-se à falta de empregados disponíveis para a realização do censo de armazenagem em todo o Estado de Pernambuco, em decorrência da realização nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 106 armazéns em todo o Estado de Pernambuco, com capacidade estática total para 977.449 toneladas, destacando-se a modalidade granel com 59,61% da capacidade total.

Quadro 13. Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Elementos de Despesas

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros- Pes. Jurídica	
2007	-	-	-	-	0,00
2008	10.455,00	3.960,53	691,00	75,60	15.182,13
2009	-	-	-	-	0,00
2010	9.500,00	-	2.688,00	-	12.188,00

Fonte: SIAFI

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH, Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GESAS e Setor de Recursos Humanos – SEREH
- **Responsável Regional:** Edison Xavier de Brito (Ato DIRHU 193, 26/06/08)

Quadro 14. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Metas

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001 PTRES = 024581			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	2.785.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	2.785.000,00	12,35
Execução Orçamentária	22.528.324,99	2.784.570,78	12,36
Índice	99,89	99,98	-
Meta Física	14.849	1.200	8,08
Execução Física	15.104	1.213	8,03
Índice	101,72	101,08	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GESAS

Objetivando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010+Créditos Suplementares dotação orçamentária de R\$22.553.050,00 e para a SUREG/PE foi descentralizado o crédito de R\$2.785.000,00.

Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$2.784.570,78, apresentando um índice de execução de 99,98% em relação à dotação orçamentária disponibilizada.

No acumulado de 2010, a média mensal de beneficiários foi de 1.213, isto é, 101,08% da meta física prevista de 1.200 beneficiários mensais.

A pequena variação deve-se ao aumento do número de empregados transferidos e anistiados.

Comparativamente ao exercício anterior verifica-se redução de 5,31% no número de atendimentos e aumento de 9,2% nas despesas, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

Quadro 15. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Discriminação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	1.250	1.200	96,00	2.550.000,00	2.785.000,00	109,22
Execução	1.281	1.213	94,69	2.549.951,83	2.784.570,78	109,20
Percentual de Execução	102,48	101,08	-	100,00	99,98	-
Gasto per capita (R\$)				1.990,59	2.295,61	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GESAS

Das despesas executadas 99,27% (R\$2.764.274,27) referem-se ao pagamento de pessoas jurídicas (consultórios, clínicas e hospitais). As Indenizações e Restituições referem-se ao pagamento de parte das despesas realizadas por empregados em atendimentos não credenciados.

Quadro 16. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Elementos de Despesas

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	2.600,00	12.387,21	925.827,32	3.920,64	1.015,00	945.750,17
2008	-	18.489,00	1.455.209,35	5.014,40	2.655,68	1.481.368,43
2009	-	12.480,00	2.532.868,23	2.684,00	1.919,60	2.549.951,83
2010	-	16.102,00	2.764.274,27	3.024,40	1.170,11	2.784.570,78

Fonte: SIAFI

O crescimento do gasto com Assistência Médica e Odontológica se deu devido ao aumento do número de empregados nosso quadro funcional (Lei 8.878/94) e do aumento médio da faixa etária dos empregados, o que gerou desta forma um acréscimo na utilização de tais serviços. Ressaltamos ainda, que houve também um percentual de aumento em cima dos preços desses serviços.

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

- **Tipo: Atividade**
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH, Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM e Setor de Recursos Humanos – SEREH
- **Responsável Regional:** Edison Xavier de Brito (Ato DIRHU 193, 26/06/08)

Quadro 17. Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - Metas

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos			
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001 PTRES = 030856			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	34.900,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	34.900,00	7,47
Execução Orçamentária	466.920,20	34.880,88	7,47
Índice	99,92	99,95	-
Meta Física	2.596	130	5,01
Execução Física	2.320	122	5,26
Índice	89,37	93,85	-

Fonte: GEARE e GEBEM

A Conab promove, no mês do aniversário do servidor, Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria MTB n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal - Capítulo XIII - Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, constando de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Para SUREG/PE foi destinado para tal fim uma dotação orçamentária de R\$34.900,00, sendo gastos R\$34.880,88 correspondendo a uma participação de 7.47% do total custeado pela Conab e 99,95% do total destinado para SUREG/PE. Foi previsto o atendimento de 130 empregados, sendo efetivamente atendidos 122, representando 5,26% do total.

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH, Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM e Setor de Recursos Humanos – SEREH
- **Responsável Regional:** Edison Xavier de Brito (Ato DIRHU 193, 26/06/08)

Quadro 18. Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Metas

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001 PTRES = 001684			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	1.928.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	
Dotação Final	23.153.755,00	1.928.000,00	8,33
Execução Orçamentária	23.123.978,63	1.927.076,16	8,33
Índice	99,87	99,95	-
Meta Física	4.003	310	7,74
Execução Física	4.329	329	7,60
Índice	108,14	106,13	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GEBEM

A quantidade de empregados constante no quadro acima se refere aos atendimentos realizados no mês de dezembro de 2010, conforme acordo com orientações da Coordenadoria Geral de Planejamento – CGPLAN/MAPA.

No exercício de 2010, o crédito orçamentário foi de R\$23.153.755,00, tendo sido gastos R\$23.123.978,63 o que representou 99,87% do previsto.

Na SUREG/PE, o gasto com o benefício foi de R\$1.927.076,16, para o qual havia uma previsão de R\$1.928.000,00 o que representou uma execução efetiva de 99,95% do gasto previsto. Em relação à Companhia, a SUREG/PE, comprometeu 8,33% da dotação, sendo responsável por 7,60% da execução total da Conab.

Em relação à meta física, cuja previsão era de 310 beneficiários, foram beneficiados 329 empregados, superando a meta em 6,13%.

A variação da meta física da SUREG/PE ocorreu em função do aumento do quadro de empregados ocorrido ao longo do exercício de 2010.

O auxílio é concedido por meio do cartão magnético, contendo 23 créditos de R\$20,00, por mês, a título de Vale Refeição ou Vale Alimentação. Conforme Acordo Coletivo 2009/2011. O empregado pode optar por receber o benefício nas modalidades citadas ou na forma de 50% de cada. Modalidade.

Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento de 1,86% no número de beneficiários e de 14,24% nas despesas.

Quadro 19. Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Discriminação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	250	310	124,00	1.687.000,00	1.928.000,00	114,29
Execução	323	329	101,86	1.686.890,37	1.927.076,16	114,24
Percentual de Execução	129,2	106,13	-	99,99	99,95	-
Gasto per capita (R\$)				5.222,57	5.857,37	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GESAS

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH, Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM e Setor de Recursos Humanos – SEREH
- **Responsável Regional:** Edison Xavier de Brito (Ato DIRHU 193, 26/06/08)

Quadro 20. Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Metas

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001 PTRES = 01685			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	566.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	566.000,00	7,99
Execução Orçamentária	6.981.555,76	565.523,15	8,10
Índice	98,54	99,92	
Meta Física	3.897	300	7,70
Execução Física	3.771	299	7,93
Índice	96,77	99,67	

Fonte: SIAFI, SUPOR e GEBEM

A quantidade de empregados constante no quadro acima se refere aos atendimentos realizados no mês de dezembro de 2010, conforme acordo com orientações da Coordenadoria Geral de Planejamento – CGPLAN/MAPA.

A dotação final aprovada na LOA/2010 mais créditos suplementares foi de R\$7.085.326,00, tendo sido gastos R\$6.981.555,76, perfazendo 98,54% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.897 empregados/mês foi cumprida em 96,77%.

A SUREG/PE teve como meta física atender uma média mensal de 300 beneficiários/mês durante o ano de 2010, porém foram atendidos 299 empregados, no que resultou o índice de 99,67% em relação ao previsto. As despesas lançadas nesta ação foram de R\$565.523,15, representando 99,92% da meta financeira de R\$566.000,00.

Em relação ao exercício anterior, a SUREG/PE teve um acréscimo no gasto de 4,33%, em face ao gasto de R\$565.523,15, contra R\$542.060,90 do ano anterior.

Com referência ao gasto “per capita”, ocorreu um acréscimo de 11,66% em relação ao exercício anterior, visto que foi desembolsado o valor médio de R\$1.891,38, por empregado em 2010 contra R\$1.693,94 no ano anterior. O acréscimo no valor gasto foi em razão da majoração do vale transporte promovido pelas empresas concessionárias.

A Execução pode ocorrer em duas modalidades: por meio da folha de pagamento, quando os empregados recebem auxílio em pecúnia, e por meio da aquisição de tickets (ou de cartão). Quando for por meio da folha de pagamento, a execução orçamentária é realizada na Matriz (UG 135100). No quadro a seguir está demonstrada a situação da SUREG/PE.

Quadro 21. Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Discriminação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	240	300	125,00	545.000,00	566.000,00	103,85
Execução	320	299	93,44	542.060,90	565.523,15	104,33
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	15	0	0,00	23.575,56	22.021,27	93,41
Em pecúnia	305	299	98,03	518.485,34	543.501,88	104,82
Percentual de Execução	133,33	99,67	-	99,46	99,92	-
Gasto per capita (R\$)				1.693,94	1.891,38	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GEBEM

(2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal – AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCON, Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF e Setor de Operações – SEOPE
- **Responsável Regional:** Ricardo Almeida da Silva (Ato DIAFI nº 193, 23/04/2003)

Quadro 22. Formação de Estoques Públicos - Metas

(21301) Formação dos Estoques Públicos			
Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001 PTRES = 01678			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	600.000,00	0,03
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	472.247,31	0,04
Índice	54,65	78,71	-
Meta Física	3.517.000	0	0,00
Execução Física	1.036.732	0	0,00
Índice	29,48	-	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GEFOC

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2010 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 e meta física de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas.

Em 2010, a SUREG/PE não teve meta a executar com relação à aquisição de produtos. O Estado de Pernambuco se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos e isto inviabiliza as aquisições de produtos originários da pauta de preços mínimos. Entretanto, a SUREG/PE recebe produtos originários de outros Regionais para desenvolver ações relacionadas ao Programa de Vendas em Balcão e recebe também outros gêneros alimentícios para compor cestas básicas.

Em 2010, a dotação orçamentária final para a SUREG/PE foi de R\$600.000,0, executando R\$472.247,31, ou seja, 78,71%.

Objetivando a abertura de espaço em armazéns dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, também, o atendimento à demanda por milho em grãos de pequenas agroindústrias instaladas em Pernambuco, por meio do Programa Vendas em Balcão, em 2010 foram contratadas e removidas 800 toneladas, ao custo de R\$301.221,77.

Quadro 23. Formação de Estoques Públicos - Remoções

UF				Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino	Produto	Motivo	Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MS	PE	Milho	Venda em Balcão	80.938,00	79.120,34	200	200	0	0	0
MT		Milho	Venda em Balcão	281.664,00	222.101,43	600	600	0	0	0
Total				362.602,00	301.221,77	800	800	0	0	0

Fonte: SUARM/GEMOV

As despesas executadas somaram R\$472.247,31 destacando-se aquelas referentes ao pagamento das remoções realizadas, no valor de R\$326.918,04 (69,23% da despesa total), seguida pelos pagamentos com serviços de braçagem para recepção de produtos e demais serviços relacionados à movimentação dos estoques, no valor de R\$47.157,96.

Quadro 24. Formação de Estoques Públicos - Despesas

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	SUREG-PE	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	47.157,96	2,57
Embalagens	4.059.563,13	20.580,97	0,51
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	0,00	0,00
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	41.360,67	1,57
ICMS	19.710.143,75	35.772,17	0,18
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	0,00	0,00
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	457,50	0,00
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	0,00	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	326.918,04	0,30
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	472.247,31	0,04

Fonte: SIAFI

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC, Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP e Setor de Recursos Humanos – SEREH
- **Responsável Regional:** Edison Xavier de Brito (Ato DIRHU 193, 26/06/08)

Quadro 25. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Metas

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação			
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001 PTRES = 001694			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	50.000,00	2,94
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	50.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	46.330,74	2,96
Índice	92,11	92,66	
Meta Física	5.917	433	7,32
Execução Física	3.666	117	3,19
Índice	61,96	27,02	

Fonte: SIAFI, SUPOR e GESAS

A dotação orçamentária global para a ação aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.700.000,00 e a meta física previa o treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.666 empregados, 61,96% da meta física estabelecida, ao custo total de R\$1.565.871,48; representando 92,11% da dotação orçamentária da Companhia.

Já na SUREG/PE a dotação foi de R\$50.000,00, e a execução orçamentária totalizou R\$46.330,74; logo 92,66% da dotação destinada. Comparativamente ao exercício anterior verificou-se redução de 58,21% no número de treinandos e aumento de 44,83% no total investido.

Quadro 26. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Discriminação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	403	433	107,44	33.000,00	50.000,00	151,52
Execução	280	117	41,79	31.989,30	46.330,74	144,83
Percentual de Execução	69,48	27,02	-	96,94	92,66	-
Gasto per capita (R\$)				114,25	395,99	-

Fonte: SIAFI, SUPOR e GESAS

Os empregados foram capacitados em 6 áreas, com ênfase nas áreas de Planejamento e Informática, com 37 e 35 empregados, respectivamente.

Quadro 27. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação - Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	30	1.034	34,47
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	1	8	8
Financeira	3	100	33,33
Gerencial	-	-	-
Informática	35	856	24,46
Jurídica	-	-	-
Operacional	11	704	64
Planejamento	37	504	13,62
Qualidade	-	-	-
Total	117	3.206	27,4

Fonte: GECAP

Em relação ao exercício anterior, as despesas apresentaram crescimento de 44,83%, destacando-se aquelas relacionadas a diárias, em função da participação de empregados em treinamentos realizados fora do Estado, principalmente na Matriz, em Brasília.

Quadro 28. Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação – Elementos de Despesas

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	13.920,00	-	10.958,79	-	4.376,00	-	842,50	30.097,29
2008	13.725,00	120,00	8.705,90	-	24.383,00	-	1.044,55	47.978,45
2009	3.937,50	-		-	28.051,80	-	-	31.989,30
2010	14.275,00	-	3.696,24	-	26.917,00	-	1.442,50	46.330,74

Fonte: SIAFI

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO
- **Responsável Regional:** Fredirico Nunes da Silva (Ato DIRHU 549, 08/12/03)

Quadro 29. Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar - Metas

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	SUREG-PE	
Dotação Orçamentária	350.000,00	5.000,00	1,43
Execução Orçamentária	67.053,63	548,72	
Índice	19,16	10,97	
Meta Física – informação disponibilizada (unidade)	9.000	-	0,00
Execução Física	8.908	-	
Índice	98,98	-	

Fonte: SIAFI

No ano de 2010, a Conab Nacional teve dotação orçamentária de R\$350.000,00, executando o valor de R\$67.053,63, ou seja, 19,16% do total. Já para o Pernambuco foi destinada uma dotação no valor de R\$5.000,00, sendo executado R\$548,72 desse valor (10,97%).

As atividades solicitadas pela Matriz envolvia o cadastramento de fontes de informação e pesquisa semanal de preços para alimentação do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO. O detalhamento dos gastos pode ser verificado no quadro a seguir.

Quadro 30. Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar - Elementos de Despesas

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv. Terc. – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	3.450,00	811,11	0,00	-	-	4.261,11
2009	-	-	-	-	-	-
2010	470,00	78,72	-	-	-	548,72

Fonte: SIAFI

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer as comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com

uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da ideia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB, Gerência de Parcerias Institucionais – GEPRI e Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP
- **Responsável Regional:** José Severino Bezerra

Quadro 31. Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - Metas

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	SUREG-PE	
Dotação Orçamentária	300.000,00	20.000,00	6,67
Execução Orçamentária	120.061,27	16.249,13	13,53
Índice	40,02	81,25	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	245	17,50
Execução Física	185	52	28,11
Índice	13,21	21,22	-

Fonte: SUPOR e SIAFI

Na Conab Nacional foi aprovada dotação orçamentária no valor de R\$300.000,00, sendo executado o valor de R\$120.061,27, ou seja, 40,02% do total da dotação.

A meta física por unidade organizada era de 1.400 unidades (para o ano de 2010). A Conab Nacional conseguiu organizar 185 unidades (13,21% do total previsto).

Para o Estado de Pernambuco foi previsto crédito de R\$20.000,00 e executado R\$16.249,13 (81,25% do total previsto).

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela. É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- Definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- Identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- Formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- Identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- Gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- Formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- Articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Conab pode atuar eventualmente como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar. Em 2010, foram disponibilizadas por esta Regional, 793,9 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, feijão e leite em pó, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 32. Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - Produtos

Produto	Ano					
	2009		2010			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Açúcar	751.587	718.257	767067	786492,54	1.520	501.960
Arroz beneficiado	3750	4500	26.910	29.754		
Feijão	210	375,9	-	-		
Leite em pó	11.520	63.360	90.560	498.080		
Total	755.547	723.132,54	793.977	816.246,54	1.520	501.960

Fonte: SUPAB e GEVAP

No ano de 2010 os técnicos da REFAP/PE, acompanharam os varejistas das redes filiadas para que juntos participassem de alguns eventos, dos quais destacaram-se: o II Encontro Nacional da REFAP, realizado no Estado da Paraíba e o I Encontro Nacional de Centrais de Negócios, realizado no Estado da Bahia.

A aprendizagem adquirida nesses encontros resultou na aplicabilidade do conteúdo para a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda da região assistida pelo programa, oferecendo melhores preços, aumentando o nº de itens de produtos, melhorando a qualidade dos produtos comercializados e oferecendo um melhor atendimento.

Quadro 33. Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - Período

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	4.930,00	1.490,71	1.853,75	0,00	8.950,00	50,00	350,00	17.624,46
2008	1.515,00	178,31	700,00	0,00	-	-	-	2.393,31
2009	4.432,50	-	696,02	-	-	-	-	5.128,52
2010	14.137,50	2.070,63	-	-	41,00	-	-	16.249,13

Fonte: SIAFI

Ações que apresentaram problemas de execução:

- Dentre os aspectos que dependem diretamente da CONAB, o grande problema observado na execução das ações prioritárias da REFAP/PE é a ausência da formalização do Setor, deixando os seus técnicos vulneráveis para a realização de outros serviços, principalmente o coordenador da equipe, que muitas vezes se ausenta até por 90 dias em viagens a serviço e o outro é o insignificante quantitativo de produtos oferecidos pela CONAB aos varejistas;
- Outros problemas detectados que não dependem diretamente da CONAB foram à concorrência do pequeno varejo com as grandes redes multinacionais de supermercados, implicando no fechamento de mercadinhos e as questões tributárias para o pequeno varejo, que muitas vezes fazem com que a margem de comercialização fique abaixo do custo da aquisição do produto.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

No Estado de Pernambuco, o ano de 2010, teve um grande destaque para o REFAP, contamos hoje com duas redes totalmente formalizada e duas em formação e, constantemente, temos sido procurados por varejistas solicitando informações sobre o programa.

Com a parceria do SEBRAE conseguimos capacitar varejistas e colaboradores, o que refletiu em impactos econômicos e sociais, tanto para o varejista como para a comunidade atendida, como melhoria da qualidade dos alimentos, maior geração de renda, qualificação e expansão do comércio varejista, entre outras.

Com a consolidação de algumas Centrais de Negócios, ocorreu um acelerado amadurecimento do setor, o que pode ser notado pela melhoria da atenção dispensada pelos fornecedores.

Ações prioritárias:

Avaliar a execução das ações da REFAP/PE frente às ações, examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

Nas ações desenvolvidas pela REFAP/PE no ano de 2010 podemos destacar como pontos positivos:

- O trabalho desenvolvido pelas nossas Centrais de Negócios, monitorado pela equipe técnica da REFAP/PE, junto aos fornecedores locais, regionais e até nacionais resultando no reconhecimento do valor do segmento do pequeno varejo;
- Otimização da parceria mantida com o SEBRAE, mantendo permanente capacitação dos varejistas e colaboradores;
- Criação de uma nova Central de Negócios;
- O apoio logístico oferecido pela CONAB aos varejistas (armazenagem social).

Como pontos negativos:

- Reduzido número de itens oferecidos pela CONAB para a comercialização (açúcar, arroz e leite);
- Ausência de uma linha de crédito para os varejistas;
- Falta de apoio aos varejistas pelas instituições financeiras;
- Inexistência da gratificação de função para o “setor”, provocando a ausência do coordenador, que muitas vezes precisa viajar a serviço;
- Concorrência com as grandes redes multinacionais de supermercados, implicando no fechamento de pequenos mercados;
- Questões tributárias para o pequeno varejo, que muitas vezes fazem com que a margem de comercialização fique abaixo do custo da aquisição do produto;
- Insegurança e desconfiança entre os varejistas;
- Insignificante quantitativo da cota de produtos oferecido pela CONAB para comercialização.

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc.). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO

- **Responsável Regional:** Fredirico Nunes da Silva (Ato DIRHU 549, 08/12/03)

Quadro 34. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Metas

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	SUREG-PE	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	878.237,66	15.748,97	1,79
Índice	87,82	78,74	-
Meta Física – pesquisa realizada (unidade)	12	8	66,67
Execução Física	12	8	66,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: SUPOR, GEASA e SIAFI

O modelo de coleta de dados para acompanhamento e avaliação de safras vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometereológicos). Após a coleta e consolidação dos dados pela Conab Nacional, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2008-2011 previa a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. A dotação orçamentária para a ação foi de R\$1.000.000,00, sendo executado R\$878.237,66 (87,82% da meta). Para o Estado de Pernambuco estavam foram realizadas 8 pesquisas (4 de campo e as demais utilizando-se de outros meios de pesquisa, tais como: fax, e-mail, telefone), executando 100% da meta estabelecida, ao custo total de R\$15.748,97 (78,74% da dotação prevista)

No estado de Pernambuco são acompanhadas as culturas de algodão, arroz, feijão, mamona, milho e sorgo. A safra pernambucana de 2009/10, encerrada no mês de setembro de 2010, comparativamente à anterior, apresentou redução de 14,1% na área plantada e de 37,7% na quantidade produzida. As maiores reduções foram registradas na produção de milho (40,8%) e de feijão (35,3%), produtos importantes no abastecimento do Estado.

Quadro 35. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Safra

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	2,5	2,5	0,0	0,0	1,3	1,0	-23,1	-0,3
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	4,9	4,7	-4,1	-0,2	26,7	21,3	-20,2	-5,4
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	316,7	264,6	-16,5	-52,1	136,8	88,5	-35,3	-48,3
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	192,9	142,7	-26,0	-50,2	74,5	33,9	-54,5	-40,6
Feijão 3ª safra	123,8	121,9	-1,5	-1,9	62,3	54,6	-12,4	-7,7
Girassol								
Mamona	4,4	8,3	88,6	3,9	2,6	3,7	42,3	1,1
Milho total	309,7	272,5	-12,0	-37,2	212,1	125,6	-40,8	-86,5
Milho 1ª safra	309,7	272,5	-12,0	-37,2	212,1	125,6	-40,8	-86,5
Milho 2ª safra								
Soja								
Sorgo	10,7	4,6	-57,0	-6,1	10,8	3,0	-72,2	-7,8
Trigo								
Triticale								
Total PE	648,9	557,2	-14,1	-91,7	390,3	243,1	-37,7	-147,2

Fonte: SUPOR, GEASA e SIAFI

Apesar das primeiras pesquisas referentes à safra 2010/11 não indicarem aumento na área cultivada, a previsão de colheita apresenta uma expectativa de crescimento de 29,9% na produção, passando de 243,1 mil toneladas para 315,7 mil toneladas.

Quadro 36. Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Produto

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	2,5	2,5	0,0	0,0	1,0	1,2	20,0	0,2
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	4,7	4,7	0,0	0,0	21,3	25,1	17,8	3,8
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	264,6	264,6	0,0	0,0	88,5	103,3	16,7	14,8
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	142,7	142,7	0,0	0,0	33,9	44,2	30,4	10,3
Feijão 3ª safra	121,9	121,9	0,0	0,0	54,6	59,1	8,2	4,5
Girassol								
Mamona	8,3	8,3	0,0	0,0	3,7	5,4	45,9	1,7
Milho total	272,5	272,5	0,0	0,0	125,6	174,4	38,9	48,8
Milho 1ª safra	272,5	272,5	0,0	0,0	125,6	174,4	38,9	48,8
Milho 2ª safra								
Soja								
Sorgo	4,6	4,6	0,0	0,0	3,0	6,3	110,0	3,3
Trigo								
Triticale								
Total PE	557,2	557,2	0,0	0,0	243,1	315,7	29,9	72,6

Fonte: SUPOR, GEASA e SIAFI

(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ e Procuradoria Regional – PRORE
- **Responsável Regional:** Renata Silva de Arruda Falcão (Ato de Direção DIAFI 294, 17/12/2007)

Quadro 37. Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista - Metas

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001 PTRES = 001687			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/PE	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	760.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	760.000,00	2,42
Execução Orçamentária	31.412.433,87	754.775,28	2,40
Índice	99,82	99,31	

Fonte: SIAFI, SUPOR e SUMAJ

Suplementações/Cancelamentos

Decreto de 07/07/2010 – R\$5.195.246,00

Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438.970,00

Decreto de 12/11/2010 – R\$931.387,00

Decreto de 06/12/2010 – R\$2.372.877,00

Decreto de 16/12/2010 – R\$529.284,00

Para a Conab Nacional foram consignados R\$12.000.000,00 de dotação orçamentária com suplementações no valor de R\$19.467.764,00. Foram gastos R\$31.467.764,00, ou seja, 99,82% da dotação final. Os suplementos/cancelamentos ocorreram por meio de decretos entre o período de 07.07.2010 à 16.12.2010.

Já para a SUREG/PE foram disponibilizados R\$760.000,00 (2,42% da dotação nacional) e desembolsados R\$754.775,28, para os pagamentos de sentenças trabalhistas e cíveis (conforme detalhado no quadro a seguir).

Quadro 38. Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista - Elementos de Despesas

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	44.025,92	905.783,83	-	-	949.809,75
2008	49.696,63	1.263.374,85	-	4.563.306,28	5.876.377,76
2009	157.701,15	1.469.577,24	-	-	1.627.278,39
2010	268.576,08	344.225,88	-	141.973,32	754.775,28

Fonte: SIAFI, SUPOR e SUMAJ

3.2.3 Outras ações

A) Garantia e Sustentação de Preço na Comercialização

Ação orçamentária de responsabilidade do Ministério da Fazenda e executada pela Conab mediante o repasse de recursos financeiros para pagamento das subvenções.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA
- **Responsável Nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo
- **Unidades Executoras:** Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda.

Para garantir e sustentar os preços, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produto rural e/ou sua Cooperativas – PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos – PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP e o Prêmio de Escoamento do Produto – PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília – DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito. Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo as Regionais o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

Prêmio de Escoamento de Produto (PEP)

É uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponha adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecidas e seguidas às condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

O Estado de Pernambuco recebeu milho através do Prêmio para o Escoamento do Produto – PEP de 4 Estados, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, totalizando 187.439 toneladas em 15 aviso no ano de 2010.

Quadro 39. PEP/Milho - Origem/Destino

Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	-	-	-	PE	114.532	9.522.057,37
GO	-	-	-	PE	23.572	1.818.104,00
MG	-	-	-	PE	34.921	2.620.287,50
MT	-	-	-	PE	14.414	1.558.006,56
Total	-	-	-	-	187.439	15.518.455,43

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro 40. PEP/Milho - Leilões

DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEP / 2010						
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
21	Milho Grãos	04/02/10	22/02/10	22/03/10	30/06/10	14/07/10
27	Milho Grãos	18/02/10	08/03/10	08/04/10	30/06/10	14/07/10
64	Milho Grãos	06/04/10	23/04/10	24/05/10	06/08/10	20/08/10
71	Milho Grãos	15/04/10	03/05/10	04/06/10	30/07/10	13/08/10
105	Milho Grãos	27/05/10	28/06/10	-	29/10/10	14/12/10
111	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	-	29/10/10	14/12/10
116	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	-	31/12/10	11/02/11
152	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	-	31/12/10	11/02/11
163	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	-	31/12/10	11/02/11
170	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	-	28/02/11	12/04/11
175	Milho Grãos	22/07/10	23/08/10	-	28/02/11	12/04/11
180	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	-	28/02/11	12/04/11
187	Milho Grãos	05/08/10	06/09/10	-	15/03/11	04/05/11
194	Milho Grãos	12/08/10	13/09/10	-	15/03/11	04/05/11
216	Milho Grãos	15/09/10	01/11/10	-	15/03/11	04/05/11

Fonte: SUOPE/GECOM

Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO)

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida à legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor que tanto pode ser o mínimo quanto outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento o prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Quadro 41. PEPRO - Milho

SUREG	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	-	-	-	PE	3.900	283.080,00
Total	-	-	-	-	3.900	283.080,00

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro 42. Datas para acompanhamento dos leilões do prêmio para o escoamento do produto - PEPRO/2010

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para Venda do Produto	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
112	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	29/10/10	16/11/10
117	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	29/10/10	16/11/10
127	Milho Grãos	24/06/10	26/07/10	29/10/10	16/11/10
153	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	30/11/10	14/12/10
164	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	30/11/10	14/12/10
171	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	28/02/11	15/03/11
181	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	28/02/11	15/03/11
195	Milho Grãos	12/08/10	27/09/10	15/03/11	05/04/11
196	Milho Grãos	19/08/10	05/10/10	15/03/11	05/04/11

Fonte: SUOPE/GECOM

Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA.

A subvenção tem valor fixo de R\$5,00 por tonelada e está limitada a 10.000 toneladas por produtor, com período de vigência para produtos processados entre 1.º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Para Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar na Região Nordeste, na Safra 2009/2010, N.º 01/2010, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 131 e 132 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010 e Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 591, de 12 de agosto de 2010.

Até o fim do exercício foram pagos R\$42.933.501,02 a 11.293 produtores e/ou cooperativas, conforme detalhado no quadro a seguir.

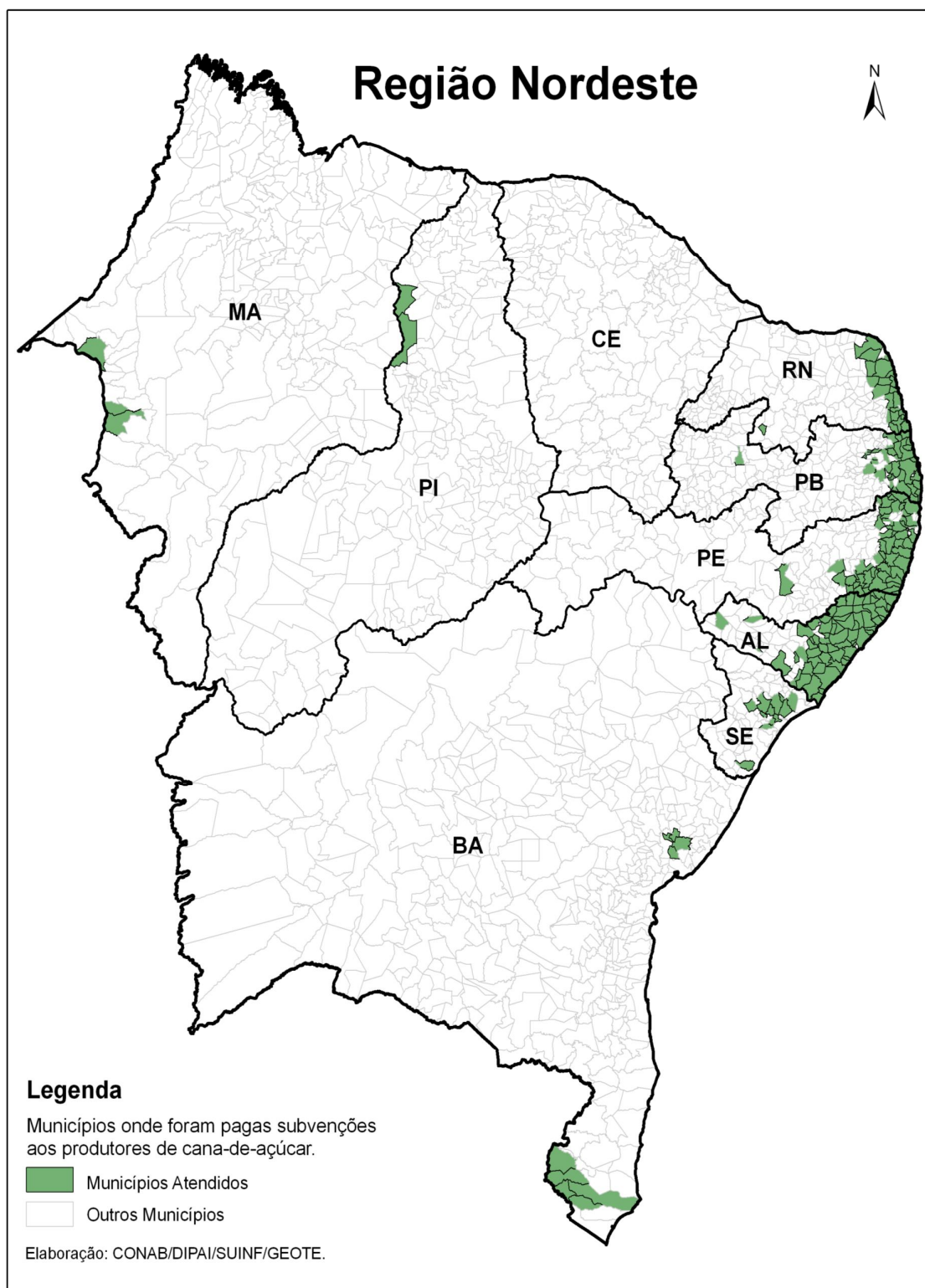
Quadro 43. Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar

UF	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)
AL	4.270	4.162.025	20.810.123,27
BA	162	474.929	2.374.464,15
MA	14	35.141	175.706,55
PB	1.101	1.364.656	6.823.281,68
PE	5.434	2.090.050	10.450.247,73
PI	105	31.579	157.897,15
RN	178	336.283	1.681.414,14
SE	29	92.073	460.366,35
Total	11.293	8.586.737	42.933.501,02

Fonte: SUFIN/GEFOG

A Figura a seguir apresenta os municípios onde os produtores foram beneficiados com o pagamento do subsídio.

Figura 1. Mapa da Região Nordeste com os municípios onde foram pagas subvenção da cana-de-açúcar



B) Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o Suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10. 696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição

de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do PRONAF, visando à sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

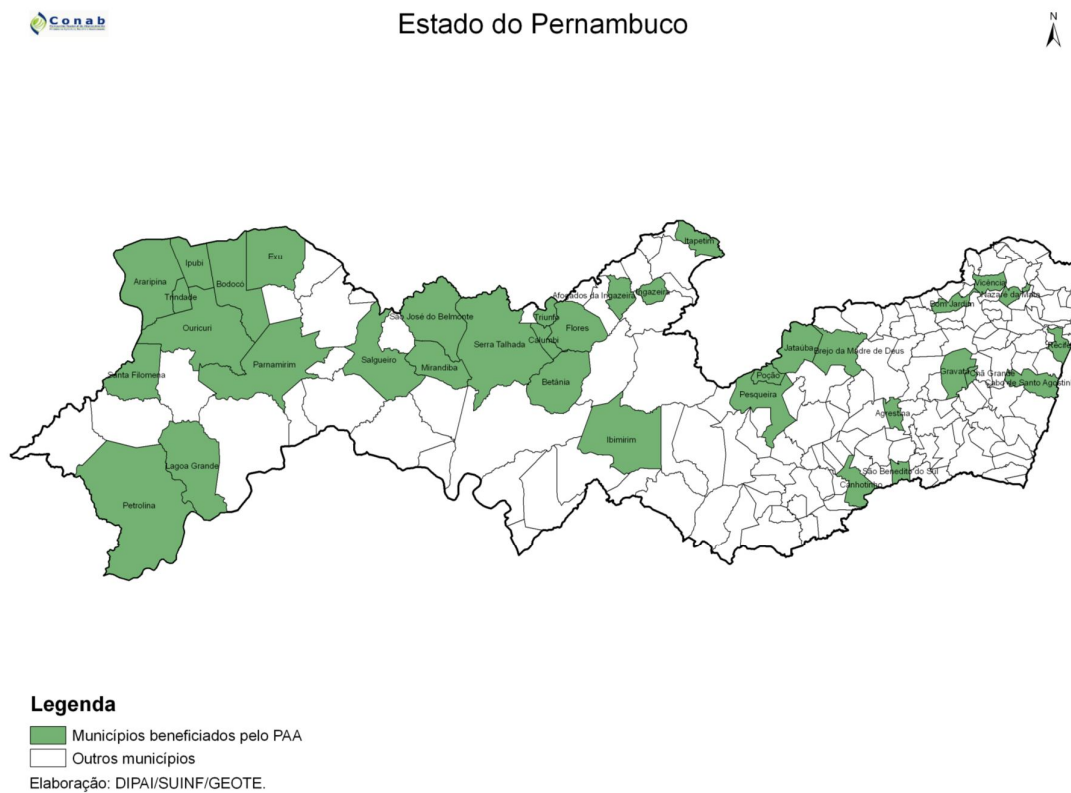
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente de Pernambuco foram atendidos mais de 1.000 produtores familiares em 36 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura 2. Mapa de Pernambuco com a área de Atuação do PAA



Com os recursos orçamentários/financeiros descentralizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS e repassados pela Matriz, a Regional atendeu a 1.173 produtores familiares, conforme descrito a seguir:

B.1) Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049- Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela

agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar Suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local – CONSAD, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro 44. Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Polos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Polos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Polos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Polos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Polos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Polos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: SUPAF/GECAF

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

BI.1) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas em 2010, 544 toneladas de farinha de mandioca, em 2 municípios. Houve redução de 72,62% e de 59,22% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro 45. Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	10	Farinha de mandioca	1.366	5.191	4.659.123,37
		Feijão	621	1.423	1.847.652,50
Total	10		1.987	6.614	6.506.775,87
2010	2	Farinha de mandioca	544	2.697	2.357.417,28

Fonte: SUPAF/GECAF

B1.2) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 11.292 toneladas de diversos produtos alimentícios de 4.594 produtores familiares e distribuídas a 541 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 150,22% no número de produtores familiares atendidos e de 141,75% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro 46. Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	1.836	18	4.671	187.650	556	5.953.599,76
2010	4.594	31	11.292	1.481.814	541	17.893.438,77

Fonte: SUPAF/GECAF

B1.3) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$21.007.160,64, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 96,93% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 49,86%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 47. Demonstrativo da Execução da Despesa/MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	142.096,72	28.935,16	12.596.785,65	18.320,10	1.205,00	1.230.719,69	241,00	14.018.303,32
2010	149.518,24	21.621,74	20.363.082,01	10.654,73	295,00	461.988,92	0,00	21.007.160,64

Fonte: SUPAF/GECAF

B.2) Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81–Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Em 2010, não houve demanda para a aquisição de produtos no âmbito do PAA com os recursos disponibilizados pelo MDA, apenas despesas com a operacionalização do Programa.

Dos estoques vinculados ao PAA/MDA foi contratada a remoção de 25 toneladas de leite em pó, destinadas aos estados do Ceará e do Piauí, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 48. Demonstrativo de Remoção dos Estoques/MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PE	CE	Leite em pó	2.794,91	2.794,91	15	15	-	-	-
PE	PI	Leite em pó	3.435,93	3.435,93	10	10	-	-	-
Total			6.230,84	6.230,84	25	25	-	-	-

Fonte: SUPAF/GECAF

As despesas liquidadas somaram R\$121.227,86, destacando-se as do elemento Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica com participação de 93,11%. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se redução de 83,87%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 49. Demonstrativo da Execução da Despesa/MDA

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	22.395,00	5.332,14	334,00	-	205.242,35	-	-	518.399,00	751.702,49
2010	3.150,00	840,00	3.668,96	580,00	112.872,90	116,00	-	-	121.227,86

Fonte: SUPAF/GECAF

C) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura” e “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que está ligada diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, de forma direta, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, assim descrito: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa, aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros

urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- Milho em grãos - 14 t no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 t nas regiões Sul e Sudeste;
- Arroz em casca - 100 toneladas;
- Trigo em grãos - 50 toneladas;
- Castanha de caju - 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- Feijão - 3 toneladas;
- Farinha de mandioca - 2 toneladas;
- Farinha de trigo - 600 kg;
- Leite em pó - 600 kg;
- Sorgo - 10 toneladas;
- Açúcar - 2 toneladas;
- Arroz beneficiado - 5 toneladas;
- Castanha-do-brasil - 10 toneladas.

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com os de mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observando-se:

- Não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela Conab no estado onde for efetuada a venda em balcão;
- O preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- No caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- No cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leilado;
- Não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela de Referencial de Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- Quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- O produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão, do Manual de Operações da Conab – MOC.

Em 2010, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas nas unidades armazenadoras de Arcoverde e Recife, totalizaram 4.063 toneladas de milho em grãos, em 939 atendimentos, com incremento de 1.020,92% sobre a quantidade vendida em 2009.

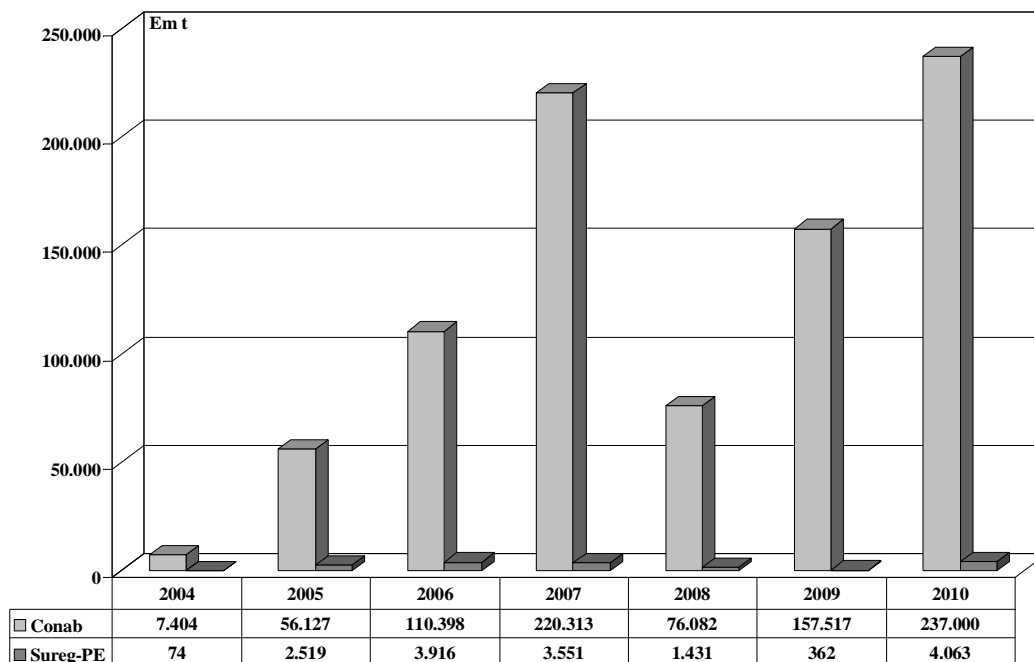
Quadro 50. Demonstrativo de Vendas em Balcão

Unidade	2008			2009			2010		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Arcoverde	502	277.792,08	203	57	23.255,58	63	239	100.201,00	140
Recife	929	505.947,31	308	305	126.257,89	155	3.824	1.480.717,00	799
Total	1.431	783.739,39	511	362	149.513,47	218	4.063	1.580.918,00	939

Fonte: SUPAB/GEPAB

Verifica-se, no período 2004/2010, que as vendas tiveram forte crescimento nos três primeiros exercícios e fortes quedas em igual período posterior, situação decorrente da variação na disponibilização de estoques de milho para a venda. Com o aumento da quantidade vendida em 2010, a participação da Regional no total comercializado pelo Programa atingiu 1,71%, conforme demonstrado na Gráfico a seguir.

Gráfico 1. Comparativo de Vendas – SUREG/PE x CONAB



Fonte: SUPAB/GEPAB

D) Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/2011 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/2012), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/2011 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/2010, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% às demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

Quadro 51. Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: DIPAI/SUINF/GEASA

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%).

Quadro 52. Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Fonte: DIPAI/SUINF/GEASA

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

Quadro 53. Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
				Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

Fonte: DIPAI/SUINF/GEASA

E) Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional – MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que depois de embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, serem deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia às orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

Na área de atuação da SUREG/PE basicamente são realizados apenas atendimentos emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010 não houve distribuição de cestas de alimentos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 54. Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	PE	Part. (%)	Brasil	PE	Part. (%)	Brasil	PE	Part. (%)
2005	166.808	408	0,24	166.808	408	0,24	3.335	7	0,21
2006	264.417	14.658	5,54	280.919	14.658	5,22	3.720	272	7,31
2007	174.209	5.045	2,90	174.209	5.045	2,90	4.100	116	2,83
2008	294.312	15.000	5,10	296.317	15.000	5,06	6.999	345	4,93
2009	702.238	34.600	4,93	712.752	34.600	4,85	16.743	744	4,44
2010	139.452	-	0,00	142.286	-	0,00	3.766	-	0,00

Fonte: SUPAB/GEPAB

a) Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados, pela Matriz, 22 leilões públicos, sendo adquiridas nesses certames 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Também foram agregados aos estoques para distribuição 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGF's. Os produtos foram

entregues nos locais especificados nos respectivos Avisos de Leilão, sendo que esta Regional não recebeu produtos adquiridos no exercício.

Para formação de estoque estratégico, objetivando o atendimento tempestivo em situações emergenciais, a SUREG/PE recebeu 149,1 toneladas de diversos gêneros alimentícios adquiridos por meio de leilões públicos e do PAA, conforme detalhado a seguir.

Quadro 55. Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (Em t)			Total
	Leilão	PAA	PGPM	
Açúcar cristal	14,0	-	-	14,0
Arroz beneficiado	70,0	-	-	70,0
Farinha de mandioca	-	14,0	-	14,0
Feijão	-	-	-	0,0
Leite em pó	-	14,0	-	14,0
Macarrão	14,0	-	-	14,0
Óleo de soja	14,0	-	-	14,0
Rosquinhas de coco	5,6	-	-	5,6
Sardinha em lata	3,5	-	-	3,5
Total	121,1	28,0	0,0	149,1

Fonte: SUPAB/GEPAB

b) Execução Orçamentária

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$417.128,31, destacando-se as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, com participação de 54,35%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento de 518,5%, parcialmente justificado pela não realização de aquisição de gêneros alimentícios em 2009.

Quadro 56. Demonstrativo da Execução da Despesa - Distribuição de alimentos/MI

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	10.620,00	-	-	17.874,54	35.371,96	3.574,90	67.441,40
2010	2.817,00	18.713,91	226.690,54	-	-	168.906,86	-	417.128,31

Fonte: SIAFI

F) Distribuição de Alimentos - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe o citado Programa, a ação orçamentária: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rurais atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc.) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003, parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar – SESAN, que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, definem os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010.

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso a terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer à contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

Na área de atuação da SUREG/PE tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas, as de comunidades de terreiro. Durante o exercício de 2008 foram incluídas as famílias de caranguejeiros e foram realizados também, de forma eventual, atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 11,47% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 57. Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	PE	Part. (%)	Brasil	PE	Part. (%)	Brasil	PE	Part. (%)
2003	254.911	32.182	12,62	715.435	85.022	11,88	16.607	1.662	10,01
2004	447.764	39.935	8,92	1.620.828	170.554	10,52	38.077	4.015	10,54
2005	505.375	49.679	9,83	1.950.914	200.426	10,27	47.956	4.882	10,18
2006	343.452	35.335	10,29	1.820.792	167.938	9,22	40.943	4.057	9,91
2007	402.726	42.922	10,66	2.097.153	259.046	12,35	49.590	6.159	12,42
2008	354.218	36.359	10,26	1.439.256	154.339	10,72	32.552	3.428	10,53
2009	338.446	39.459	11,66	1.427.275	180.736	12,66	32.636	4.086	12,52
2010	446.363	96.635	21,65	1.946.543	274.261	14,09	46.299	6.647	14,36

Fonte: SUPAB/GEPA

Da quantidade de gêneros alimentícios adquiridos por meio dos leilões públicos, a SUREG/PE recebeu 2.856,1 toneladas acrescidas de outras 768,8 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e às AGF's, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 58. Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	357,0	-	-	357,0
Arroz beneficiado	1.785,0	-	-	1.785,0
Feijão	-	126,3	141,5	267,8
Farinha de mandioca	-	178,5	-	178,5
Flocos de milho	178,5	-	-	178,5
Leite em pó	-	322,5	-	322,5
Óleo de soja	357,1	-	-	357,1
Macarrão	178,5	-	-	178,5
Total	2.856,1	627,3	141,5	3.624,9

Fonte: SUPAB/GEPAB

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, as remanescentes dos quilombos, e indígenas. Nos exercícios seguintes foram estendidas às comunidades de terreiro e às marisqueiras/caranguejeiras. No período, foram realizados também atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 59. Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pes. Artesanais	
2003	N.º Famílias	25.219	1.201	-	-	-	5.762	-	32.182
	Quant. Cestas	75.657	3.603	-	-	-	5.762	-	85.022
	Quant. Produtos(t)	1.487	25	-	-	-	150	-	1.662
2004	N.º Famílias	25.619	1.736	-	9.370	-	3.210	-	39.935
	Quant. Cestas	150.061	3.349	-	9.370	-	7.774	-	170.554
	Quant. Produtos(t)	3.551	71	-	221	-	172	-	4.015
2005	N.º Famílias	27.761	2.478	800	15.440	-	3.200	-	49.679
	Quant. Cestas	153.340	7.061	2.400	15.440	-	22.185	-	200.426
	Quant. Produtos(t)	3.793	163	56	354	-	516	-	4.882
2006	N.º Famílias	29.052	2.682	800	50	-	2.751	-	35.335
	Quant. Cestas	140.522	11.758	4.000	50	-	11.608	-	167.938
	Quant. Produtos(t)	3.398	282	97	1	-	279	-	4.057
2007	N.º Famílias	29.052	7.166	800	3	-	5.901	-	42.922
	Quant. Cestas	203.825	22.535	7.233	3	-	25.450	-	259.046
	Quant. Produtos(t)	4.842	547	176	-	-	594	-	6.159
2008	N.º Famílias	29.052	2.651	800	605	-	2.751	500	36.359
	Quant. Cestas	126.704	9.576	2.620	605	-	14.334	500	154.339
	Quant. Produtos(t)	2.786	223	57	13	-	320	29	3.428
2009	N.º Famílias	31.754	2.853	1.300	-	-	3.152	400	39.459
	Quant. Cestas	146.545	12.298	3.800	-	-	16.493	1.600	180.736
	Quant. Produtos(t)	3.323	278	86	-	-	363	36	4.086
2010	N.º Famílias	31.754	4.713	1.300	52.403	-	5.865	600	96.635
	Quant. Cestas	167.205	18.516	6.500	53.203	-	26.437	2.400	274.261
	Quant. Produtos(t)	4.004	441	155	1.367	-	623	57	6.647

Fonte: SUPAB/GEPAB

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$4.223.236,99. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$4.184.546,15, representando 99,08%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 45,99% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 60. Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos/MDS

SUREG	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	8.959,50	12.119,37	7.722.617,46	-	13.139,18	59.930,61	2.215,54	7.818.981,66
2010	10.998,00	11.055,40	4.184.546,15	-	-	16.578,44	59,00	4.223.236,99

Fonte: SUPAB/GEPAB

Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 2.405 toneladas de leite em pó, farinha de mandioca e açúcar para formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias em estado de carência alimentar e nutricional. Também foram recebidas 260 toneladas de leite em pó e arroz beneficiado.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro 61. Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
PE	AL	Leite em pó	Cesta	5.123,19	5.123,19	65	65	0
PE	PB	Leite em pó	Cesta	2.266,39	2.266,39	40	40	0
PE	PE	Leite em pó	Cesta	4.864,50	4.864,50	62	62	0
PE	PE	F. de mandioca	PAA	196.596,80	196.596,80	2.222	1.472	750
PE	RJ	F. de mandioca	PAA	4.180,56	4.180,56	3	3	0
PE	RJ	Açúcar	PAA	2.508,34	2.508,34	13	13	0
Total				215.539,78	215.539,78	2.405	1.655	750
RS	PE	Leite em pó	Estratégico	139.813,36	139.813,36	230	230	0
TO	PE	Arroz beneficiado	PAA	7.336,56	7.336,56	27	27	0
Total				147.149,92	147.149,92	260	261	262

Fonte: SUARM/GEMOV

G) Receita de Armazenagem

Quadro 62. Receita de Armazenagem - Dados

Unidade	Endereço	Modalidade	Capacidade (Em t)
UA-Recife	Estrada do Barbalho, n.º 960 – Iputinga – Recife – PE	Convencional	25.802
UA-Arcoverde	Rua José Bonifácio, n.º 1.056 – Arcoverde – PE	Convencional	1.804
Total			27.606

Fonte: GEARE

Quadro 63. Receita de Armazenagem - Histórico

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sede-Sureg/PE	541,49	612,05	236,87	-	-	152,41
Arco Verde	313,27	-	-	-	-	452,57
Recife	73.555,16	17.037,47	111.385,03	-	-	-
Total-SUREG	74.409,92	17.649,52	111.621,90	-	-	604,98

Fonte: SUARM/GEARM

Quadro 64. Receita de Armazenagem - Estoque

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)								
	2008			2009			2010		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Arco Verde	463	0	463	1.003	0	1.003	1.012	0	1.012
Recife	5.953	17	5.970	14.371	0	14.371	9.560	0	9.560
Total	6.416	17	6.433	15.374	0	15.374	10.572	0	10.572

Fonte: SUARM/GEARM

H) Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A CONAB por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003 substituída pela de n.º 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro 65. Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lata	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transp. de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: SUPAB/GEPR

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro 66. Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Banners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Álbum Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: SUPAB/GEPR

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

Quadro 67. Doação de Feijão dos Estoques Públicos

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: SUPAB/GEPRI

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil toneladas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro 68. Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (Oriundo da Agricultura Familiar)

SUREG	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: SUPAB/GEPRI

3.3 Desempenho Orçamentário/financeiro

3.3.1 Programa Orçamentário das Despesas

Quadro 69. Programa Orçamentário das Despesas

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135285	20.122.0350.2272.0001	-	-	4.038,00	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	717.614,18	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	2.019.101,92	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	40.485,17	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	617.253,57	-	141.973,32	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	5.721.235,92	-	2.379.984,89	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	124.518,65	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	42.044,50	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	14.793,16	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	49.979,48	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	17.023,40	-	-	-
				20.692.0352.4710.0001	-	-	18.660,96	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	158.562,38	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	12.060,00	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	1.864,00	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	6.000.000,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	2.786.797,75	-	-	-
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	34.880,88	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	53.330,05	-	-	-
		135298		20.122.0352.2829.0001	-	-	29.399,84	16.392,86	-	-
		135304		20.122.0352.2829.0001	-	-	-	141.926,66	-	-
	135347	135285		08.244.1049.2792.0001	-	-	7.263.059,03	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	1.328.425,62	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	127.273,27	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	13.341.319,32	-	-	-
		135286		06.182.1029.4564.0103	-	-	402.933,32	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	-5.139,79	-	-	-
		135563		06.182.1029.4564.0103	-	-	-38.588,05	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	-84.676,08	-	-	-
	Concedidos	135285		08.306.1049.2798.0001	-	-	-2.000.000,00	-	-	-
				135100	-	-	1.014,39	-	-	-
				20.122.0350.2272.0001	-	-	-	-	222.188,09	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	-	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	92.025,76	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	18.463,90	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	4.451,61	-	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	112.302,07	-	307.539,07	-	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	4.202,63	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	2.605,16	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	3.648,74	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	1.274,43	-	-	-
				20.692.0352.4710.0001	-	-	2.411,83	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	165.307,82	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	41.806,99	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	1.315,28	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	5.865,41	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	3.026,23	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	2.226,97	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	533,00	-	-	-
		135298		20.122.0352.2272.0001	-	-	527,05	-	-	-
		135304		20.122.0352.2829.0001	-	-	-	141.926,66	-	-
		135286		08.244.1049.2792.0001	-	-	27.936,81	-	-	-

			06.182.1029.4564.0103	-	-	14,01	-	-	-
		135287	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	23.178,78	-
		135563	08.306.1049.2798.0001	-	-	57,66	-	-	-
		135285	21.122.0351.2B83.0001	-	-	180,00	-	-	-
			08.306.1049.2798.0001	-	-	723,50	-	-	-
		135563	08.244.1049.2792.0001	-	-	500.000,00	-	-	-
			08.306.1049.2798.0001	-	-	44.353,84	-	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: GEARE

3.3.2 Execução Orçamentária das Despesas

Quadro 70. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	6.737.686,21	6.212.735,81	6.737.686,21	6.122.735,81	0,00	0,00	6.202.889,47	5.688.441,45
Vencimentos e Vantagens Fixas	953.655,02	990.735,48	953.655,02	900.735,48	-	-	860.282,55	909.009,25
Obrigações Patronais	4.136.226,85	4.608.026,29	4.136.226,85	4.608.026,29	-	-	3.694.802,58	4.165.458,16
Depósitos Compulsórios	157.701,15	268.576,08	157.701,15	268.576,08	-	-	157.701,15	268.576,08
Sentenças Judiciais	1.469.577,24	344.225,88	1.469.577,24	344.225,88	-	-	1.469.577,24	344.225,88
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições Trabalhistas	20.525,95	1.172,08	20.525,95	1.172,08	-	-	20.525,95	1.172,08
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	27.953.646,91	32.912.525,86	25.928.822,34	32.910.978,89	2.024.824,57	1.546,97	25.332.663,12	32.316.325,08
Diárias	351.880,80	394.744,34	351.880,80	394.744,34	-	-	349.231,05	394.744,34
Material de Consumo	210.357,37	188.460,17	210.357,37	186.913,20	-	1.546,97	186.914,75	186.562,21
Material de Distribuição Gratuita	20.319.403,11	24.774.318,70	18.308.149,96	24.774.318,70	2.011.253,15	-	17.946.760,10	24.734.238,28
Passagens e Despesas com Locomoção	85.466,95	91.140,79	85.466,95	91.140,79	-	-	84.776,06	90.364,27
Serviços de Consultoria	-	-	-	0,00	-	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	73.586,73	27.145,93	73.586,73	27.145,93	-	-	72.928,62	26.625,13
Locação de Mão-de-Obra	283.440,60	467.102,37	283.440,60	467.102,37	-	-	246.880,86	423.858,33
Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	6.462.317,28	6.668.403,67	6.448.745,86	6.668.403,67	13.571,42	-	6.279.159,97	6.158.826,79
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	164.566,09	154.664,57	164.566,09	154.664,57	-	-	163.383,73	154.560,41
Sentenças Judiciais	2.627,98	141.973,32	2.627,98	141.973,32	-	-	2.627,98	141.973,32
Indenizações e Restituições	-	4.572,00	-	4.572,00	-	-	-	4.572,00
4 – Investimentos	576.530,99	140.911,51	317.055,31	0,00	259.475,68	140.911,51	311.065,31	0,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	259.475,68	124.518,65	-	-	259.475,68	124.518,65	-	-
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	317.055,31	16.392,86	317.055,31	-	-	16.392,86	311.065,31	-
5 – Inversões Financeira	931.378,19	472.247,31	605.896,19	472.247,31	325.482,00	0,00	605.700,32	472.201,66
Aquisição de produtos para Revenda	931.378,19	472.247,31	605.896,19	472.247,31	325.482,00	0,00	605.700,32	472.201,66
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	36.199.242,30	39.738.420,49	33.589.460,05	39.505.962,01	2.609.782,25	142.458,48	32.452.318,22	38.476.968,19

Fonte: CONAB

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores - Exames Periódicos, esta não executada em 2009, pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$39.738.420,49, com variação, a maior, de 9,78%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o

pagamento do INSS, no valor de R\$2.937.910,60, e do FGTS, no valor de R\$1.008.379,15. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 15,63% do total empenhado em 2010 com variação, a menor, de 7,79% em relação a 2009.

As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 82,82% do empenho total, com variação, a maior, de 17,74% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$24.774.318,70, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$140.911,51, representando cerca de 0,35% do total empenhado, com variação, a menor, de 75,56%. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a aquisição de telas protetoras para as entradas e portões da UA Arco Verde, no valor de R\$ 29.399,84. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGF's e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$472.247,31, com variação, a menor, de 49,3% em relação a 2009.

Quadro 71. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	259.475,68	124.518,65	259.475,68	124.518,65
Concorrência	40.000,00	44.000,00	40.000,00	44.000,00
Pregão	11.964.249,14	7.982.726,15	11.964.249,14	7.982.726,15
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	13.836.841,39	21.200.782,96	13.836.841,39	21.200.782,96
Inexigibilidade	2.658.404,50	3.292.699,67	2.658.404,50	3.292.699,67
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	9.366,10	19.209,74	9.366,10	19.209,74
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	1.627.278,39	556.041,35	1.627.278,39	556.041,35
Diárias	351.880,80	394.744,34	351.880,80	394.744,34
Outros				
Não se Aplica	2.320.497,67	467.003,17	2.320.497,67	467.003,17

Fonte: SIAFI

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$21.200.782,96, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos agropecuários adquiridos de produtores familiares, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no valor de R\$17.986.208,09, e a compra de gêneros alimentícios para composição das cestas de alimentos, no valor de R\$2.415.323,92. Estes são destinados à distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional e adquiridos com recursos repassados pelo MDS.
- Pregão - no valor total de R\$7.982.726,15, destacando-se os custos relacionados à concessão do Auxílio Alimentação aos empregados, no valor de R\$1.927.076,16 e à aquisição e despesas correlatas de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias ou grupos populacionais, no valor de R\$4.603.124,20.
- Inexigibilidade - com valor total de R\$3.292.699,67, onde se destacaram as despesas relativas à assistência médica e odontológica aos empregados e seus dependentes, no valor total de R\$2.781.896,27.

3.3.3 Indicadores Institucionais

Medidas que permitem a operacionalizar a avaliação do grau de eficácia/qualidade com que os objetivos almejados por uma instituição são alcançados, da efetividade/impacto de suas ações ao longo do tempo da eficiência/produtividade com que as operações são realizadas e no seu meio organizacional, a partir de informação estruturada de diversas fontes de dados e pesquisas, internas e externas.

A Conab criou e vem tentando monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica. Durante o exercício de 2007 o Planejamento Estratégico entrou em fase de avaliação pela nova administração e, até o fim do exercício em análise, não houve nenhuma decisão quanto à continuidade desse Projeto, não tendo sido, portanto, apurados os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados – GEARE, foi resgatado o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização – CGPLAN/MAPA deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais

ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da GEARE e, após a validação junto aos CAN's, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Gerente Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CAN's e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções para os entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Quadro 72. Indicadores Institucionais/GAP

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da SUFIN				
Resultados:				
2007				99,91
2008				99,81
2009				99,06
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,95
Análise: O índice de 99,95% realizado em 2010 foi o melhor entre 4 ano consecutivos, isto se devem ao melhor planejamento dos gastos em exercício de 2010.				

Fonte: SUPOR

**Quadro 73. Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria
Recuperadas/Modernizadas**

Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = GERAP e Y = SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GERAP				
Resultados:				
2007				200,00
2008				33,33
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	200,00
Análise: Com o aumento da safra e por consequência o aumento de unidades armazenadoras, houve um aumento de 100% das unidades atendidas pelos fiscais desta companhia.				

Fonte: SUPOR

Quadro 74. Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= SIAFI Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GERAP				
Resultados:				
2007				92,48
2008				97,04
2009				97,37
2010	Meta:	100,00	Realizado	94,62
Análise: Já diante dos gastos financeiros, o índice de 94,62% é bastante aceitável e considerado ótimo, mesmo diante da ultrapassagem da meta prevista.				

Fonte: SUPOR

Quadro 75. Percentual de Fiscalizações Realizadas

Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = SUPOR/GEPOR				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da GEFIS e da GESUP				
Resultados:				
2007				-
2008				3.050,00
2009				1.436,36
2010	Meta:	100,00	Realizado:	178,57
Análise: Como todos os outros anos, realizamos mais fiscalizações do que o planejado para o ano correspondente. Isso se deve ao crescente aumento no número de unidades armazenadoras no país.				

Fonte: SUPOR

Quadro 76. Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = SIAFI e Y = SUPOR/GEPOR				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da GEFIS E DA GESUP				
Resultados:				
2007				97,91
2008				66,87
2009				98,89
2010	Meta:	100,00	Realizado:	75,68
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 77. Índice de Perdas em Armazenagem

Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = GEFIS/SUFIS				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da GEFIS				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,02
Análise: Deste de 2007, este ano foi o único a haver ocorrência de perda significativa por armazenagem, esta fato de deve a falta de condições adequadas de armazenagem e produtos de safras mais antigas.				

Fonte: SUPOR

Quadro 78. Índice de Desvio de Produtos Armazenados

Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = GEFIS/SUFIS				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da GEFIS				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 79. Índice de ocorrência de produtos desclassificados

Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = GEFIS/SUFIS				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da GEFIS				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 80. Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = GEFIS/SUFIS				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da GEFIS				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 81. Custo por Fiscalização realizada

Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = SIAFI e Y = GEFIS/SUFIS				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da GEFIS				
Resultados:				
2007				-
2008				83,92
2009				147,08
2010	Meta:	147,08	Realizado:	302,73
Análise: Os custos por cada fiscalização ficou acima da meta por aumento das diárias, dos combustíveis, passagens aéreas, entre outros custos que fazem partes para realizar a ação.				

Fonte: SUPOR

Quadro 82. Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da GEFIS				
Resultados:				
2007				135,19
2008				2.555,80
2009				278,27
2010	Meta:	100,00	Realizado:	231,86
Análise: O realizado ficou bem além da meta por aumento do número de armazéns.				

Fonte: SUPOR

Quadro 83. Percentual de Armazéns Cadastrados

Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= SUARM/GECAD Y=Supor/GEPOR			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da GECAD			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			-
2010	Meta:	100,00	Realizado
			0,00
Análise: A SUREG/PE não cadastrou armazéns no Estado, seus empregados realizaram esta ação em outros Estados.			

Fonte: SUPOR

Quadro 84. Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/GEPOR			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da GECAD			
Resultados:			
2007			-
2008			94,89
2009			-
2010	Meta:	100,00	Realizado
			93,75
Análise:			

Fonte: SUPOR

Quadro 85. Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= SUREH/GESAS Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GESAS				
Resultados:				
2007				77,30
2008				82,05
2009				102,48
2010	Meta:	100,00	Realizado	101,08
Análise: Com o aumento da faixa etária média dos empregados e aumento dos serviços, ocasionou que o realizado ultrapassou 1,08% a meta.				

Fonte: SUPOR

Quadro 86. Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GESAS				
Resultados:				
2007				99,94
2008				99,97
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,98
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 87. Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= SIAFI Y=SUREH/GESAS				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GESAS				
Resultados:				
2007				1.004,98
2008				1.361,31
2009				1.990,59
2010	Meta:	1.990,59	Realizado	2.295,61
Análise: Os custos aumentaram em decorrência do aumento dos preços dos serviços prestados e da maior frequência da necessidade de procedimentos de maior complexidade, portanto, de maior custo.				

Fonte: SUPOR

Quadro 88. Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= SUREH/GESAS Y= Supor/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GESAS				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	93,85
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 89. Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GESAS				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,95
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 90. Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação

Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= SUREH/Gebem e Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GEBEM				
Resultados:				
2007				95,26
2008				119,92
2009				129,20
2010	Meta:	100,00	Realizado	106,13
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 91. Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GEBEM				
Resultados:				
2007		99,99		
2008		98,68		
2009		99,99		
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,95
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 92. Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= SIAFI e Y=SUREH/GEBEM				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GEBEM				
Resultados:				
2007		4.221,33		
2008		4.463,31		
2009		5.222,57		
2010	Meta:	5.222,57	Realizado	5.857,37
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 93. Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= SUREH/GEBEM e Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				89,22
2008				124,77
2009				133,33
2010	Meta:	100	Realizado	99,67
Análise: Devido ao aumento do valor das passagens.				

Fonte: SUPOR

Quadro 94. Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,81
2008				99,03
2009				99,46
2010	Meta:	100	Realizado	99,92
Análise: Devido ao aumento do valor das passagens.				

Fonte: SUPOR

Quadro 95. Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= SIAFI Y=SUREH/GESAS				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007		1.527,36		
2008		1.711,21		
2009		1.693,94		
2010	Meta:	1.693,94	Realizado	1.891,38
Análise: Devido ao aumento do valor das passagens.				

Fonte: SUPOR

Quadro 96. Atendimento da Demanda de Capacitação

Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= SUREH/GECAP e Y=Supor/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GECAP				
Resultados:				
2007		114,89		
2008		238,46		
2009		69,48		
2010	Meta:	100,00	Realizado	27,02
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 97. Percentual da Execução Financeira com Capacitação

Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = SIAFI e Y = Supor/GEPOR			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da GECAP			
Resultados:			
2007			97,09
2008			94,08
2009			96,94
2010	Meta: 100,00	Realizado	92,66
Análise:			

Fonte: SUPOR

Quadro 98. Custo por Empregado Capacitado

Descrição: Custo por empregado capacitado			
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado			
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados			
Fonte: X = SIAFI e Y = SUREH/GECAP			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da GECAP			
Resultados:			
2007			139,34
2008			257,95
2009			114,25
2010	Meta: 114,25	Realizado	395,99
Análise:			

Fonte: SUPOR

Quadro 99. Percentual de Unidades Varejistas Organizadas

Descrição: Percentual de micro e pequenos varejistas organizados, para formação de centrais de negócios, em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = número de unidades varejistas organizadas e Y = número de unidades varejistas previstas			
Fonte: X SUPAB/GEVAP e Y = Supor/GEPOR			
Base geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da GEVAP			
Resultados:			
2007			104,11
2008			8,70
2009			52,13
2010	Meta: 100,00	Realizado	21,22
Análise:			

Fonte: SUPOR

Quadro 100. Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto			
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/GEPOR			
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da GEVAP			
Resultados:			
2007			96,08
2008			23,93
2009			51,29
2010	Meta: 100,00	Realizado	81,25
Análise:			

Fonte: SUPOR

Quadro 101. Percentual de Pesquisa de Safras

Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = SUINF/GEASA				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GEASA				
Resultados:				
2007		200,00		
2008		100,00		
2009		100,00		
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 102. Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras

Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = SIAFI e Y = Supor/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da GEASA				
Resultados:				
2007		90,99		
2008		76,43		
2009		58,55		
2010	Meta:	100,00	Realizado	78,74
Análise:				

Fonte: SUPOR

Quadro 103. Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da SUMAJ				
Resultados:				
2007				99,98
2008				69,96
2009				99,83
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,31
Análise:				

Fonte: SUPOR

3.4 Recolhimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no período.

3.5 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 104. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	551.965,36	0,00	517.694,88	34.270,48
2009	227.360,51	-376,00	226.984,51	0,00
2008	5.002,06	0,00	5.002,06	0,00
2007	0,04	0,00	0,04	0,00
2006	304,13	0,00	304,13	0,00
2005	2,18	0,00	2,18	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	273.047,10	-700,53	272.346,57	0,00
2010	142.458,48	0,00	1.246,98	141.211,50

Fonte: GEFAD

3.6 Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a SUREG/PE contava com 332 empregados, sendo 188 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 105. Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	332	20	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	188	20	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	188	20	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	144	0	0
1.4.1 Cedidos	-	139	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	5	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	0	332	20	0

Fonte: SUMOC/GECAV

Do quadro de empregados 254 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 76,51% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro 106. Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	SUREG-PE		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	77	78	1
Reintegrado (Transitado)	48	48	-
Reintegrado Liminar	2	2	-
Anistiado (Transitado)	1	1	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	182	203	21
Total	310	332	22

Fonte: DIRAD/SUREH

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 62,95% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 18,67%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 107. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	05				
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	05	04	60	212	49
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			31	81	30
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02		04		
2.3. Funções gratificadas	02	03	07		01

Fonte: SEREH

Do quadro de empregados apenas 18,98% possuem curso superior com especialização/mestrado/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 108. Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		05	12	111	144	56	02		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		02	06	71	14				
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas					13	8			
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SEREH

Quadro 109. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010*

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

*Quadro não se aplicar a CONAB.

Quadro 110. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010*

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral		
2. Proporcional		

*Quadro não se aplicar a CONAB.

Quadro 111. Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
· Área Fim	01	01	01	01	6.309,99
· Área Meio	04	04	04	04	25.720,84
Nível Médio					
· Área Fim	01	01	01	01	7.147,52
· Área Meio	01	01	01	01	4.782,83

Fonte: SEREH

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro 112. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	16.523.681,58	0,00	944.608,96	17.676,00	0,00	0,00	0,00	17.485.966,54
2009	18.129.435,95	0,00	961.708,92	17.294,00	0,00	0,00	0,00	19.108.438,87
2010	16.486.203,90	0,00	1.011.367,68	2.448,00	0,00	0,00	0,00	17.500.019,58
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	4.666.697,44	0,00	0,00	15.912,00	0,00	0,00	0,00	4.682.609,44
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SUTIN

Quadro 113. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: CONAB – Cia Nacional de Abastecimento													
UG/Gestão: 135285							CNPJ: 26461699/0037-91						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	013/2010	09543683/0001-06	01/12/10	30/11/11	18						A
2010	V	O	004/2010	02731681/0001-93	11/03/10	28/02/11	14						A
Observação: Cont. 013/2010- Serviços de Vigilância nas dependências da SUREG/PE, UA – Recife, UA – Arcoverde e Entrepasto de Pesca. Cont.004/10 – Serviços de Limpeza e Higiene nas dependências da SUREG/PE,UA – Recife e UA – Arcoverde.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: GEFAD

Quadro 114. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: CONAB – Cia. Nacional de Abastecimento													
UG/Gestão: 135285							CNPJ: 26461699/0037-91						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	7	9	002/09	06234467/0001-82	08/06/10	07/06/11		06					P
Observação: Serviços de braçagem na UA – Recife e UA – Arcoverde.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: GEFAD

Quadro 115. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidades	Unidade Administrativa
002/2009	9	6	UA - Recife
013/2010	8	10	Sede SUREG/PE
013/2010	8	4	UA - Arcoverde
013/2010	8	4	Entrepósito de Pesca
004/2010	7	13	Sede SUREG/PE
004/2010	7	1	UA - Arcoverde
LEGENDA			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
Área:			6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			7. Higiene e Limpeza;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			8. Vigilância Ostensiva;
3. Serviços de Copa e Cozinha;			9. Outras.
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			

Fonte: GEFAD

3.6.1 Indicadores gerenciais sobre humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

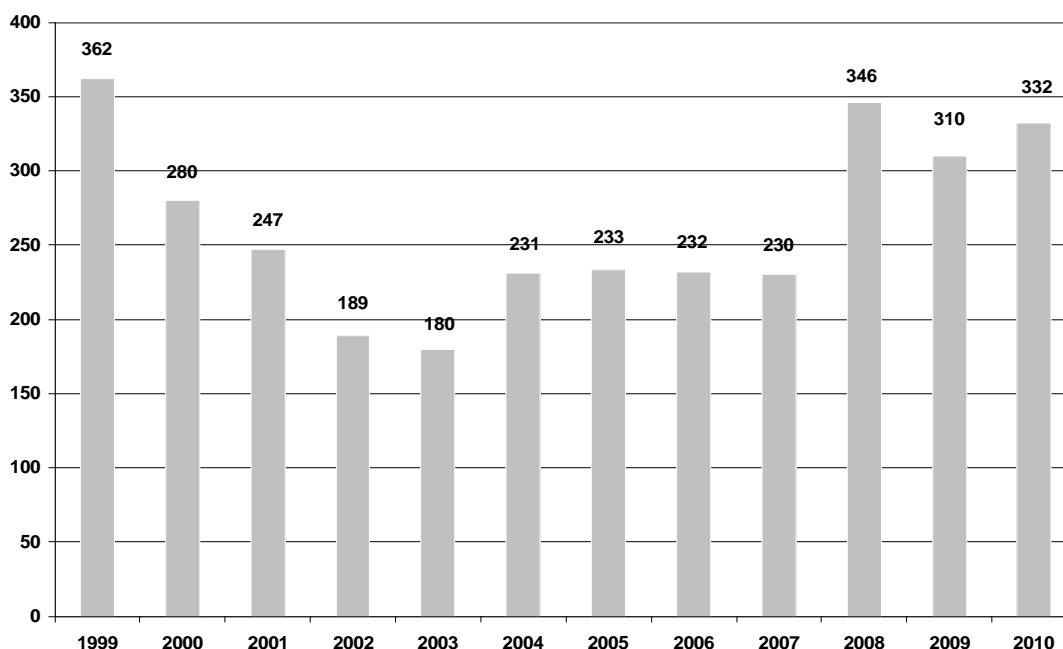
No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a SUREG/PE apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica a redução até o exercício de 2003 e em seguida uma recomposição parcial.

Gráfico 2. Evolução do Número de Empregados

Fonte: SUREH/GEPES

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na SUREG/PE existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 78,3% do número de empregados tem idade superior a 51 anos.

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

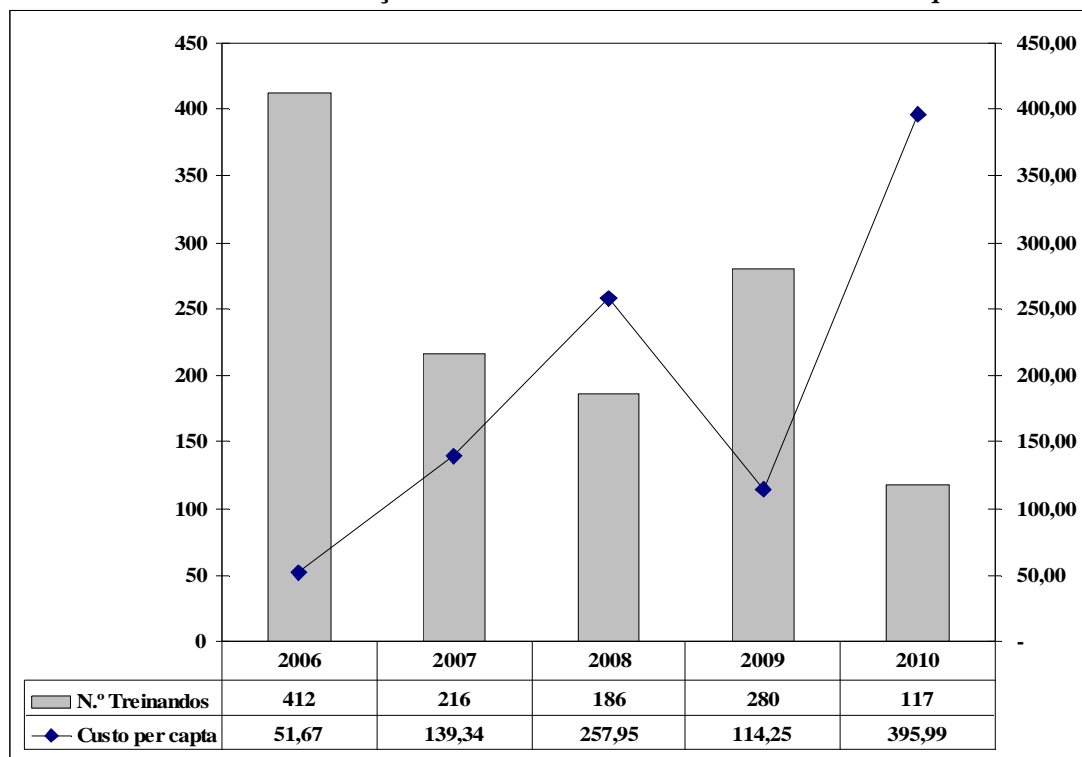
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 159 empregados (47,9% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas entre outros) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios passados houve maior demanda de cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal, com participação de todos os empregados. Atualmente, grande parte dos eventos estão relacionados à área operacional com cursos realizados fora da área de trabalho dos treinandos, incluindo cursos de especialização, pós-graduação etc. Em 2010, verifica-se redução de 58,2% no número de treinandos e aumento de 246,6% no custo per capita devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados de São Paulo, da Paraíba, de Goiás, de Alagoas, do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

Gráfico 3. Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*

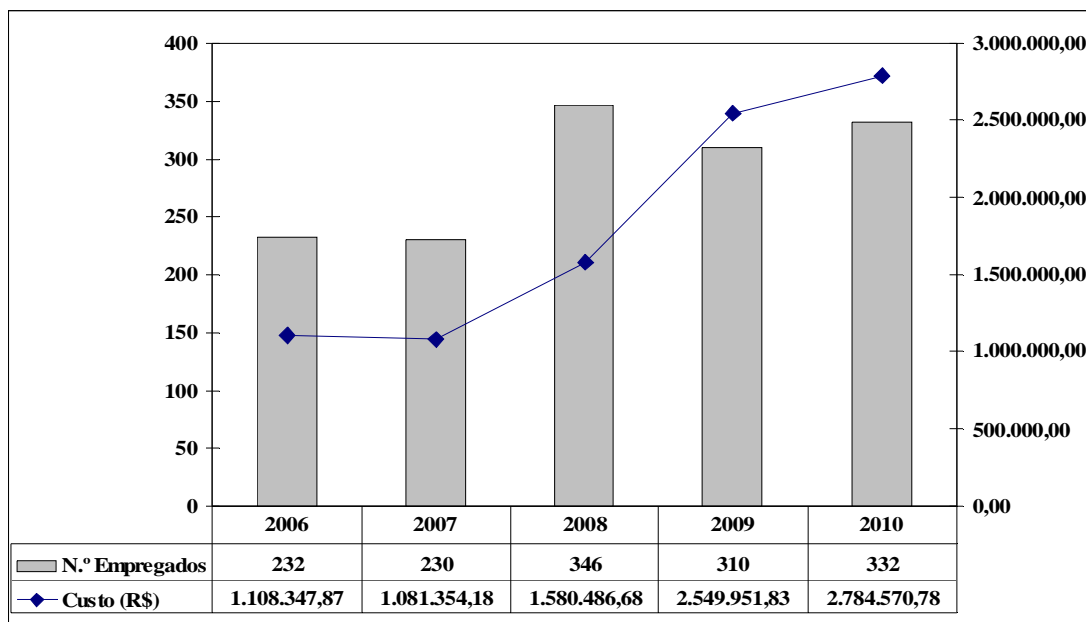


Fonte: SUMOC/GECAP E SIAFI

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de autogestão, não implicando em pagamentos mensais, mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 2 acidentes de trabalho em 2010.

O contínuo aumento das despesas médicas tem como principal causa o aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

Gráfico 4. Serviços de Saúde

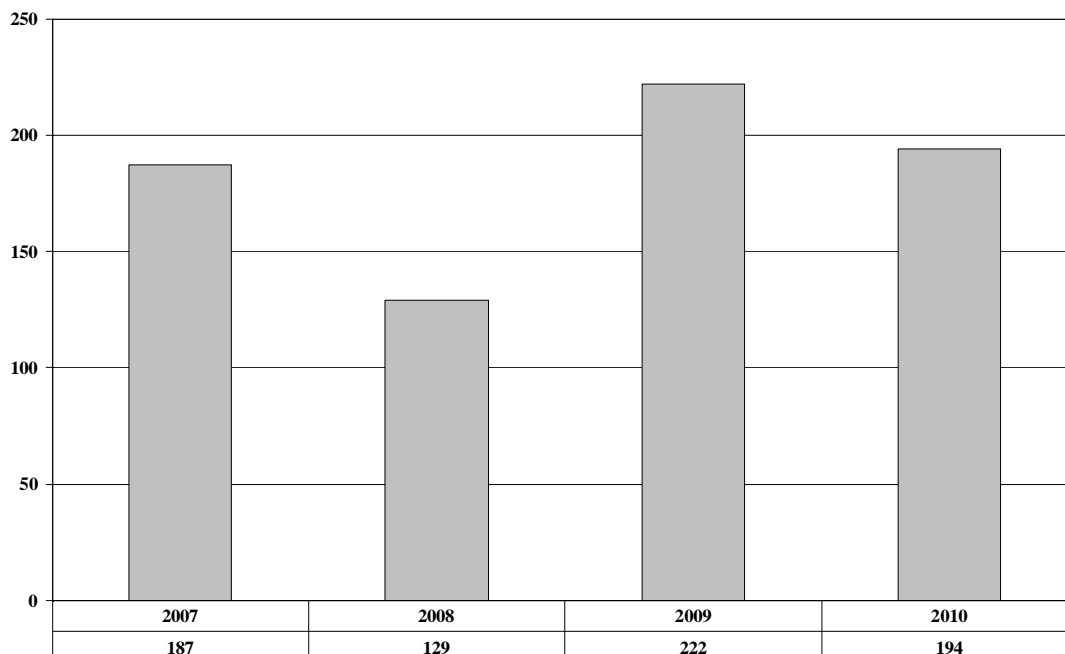


Fonte: SUREH/GEBEM E SIAFI

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. No fim do exercício estavam em trâmite 194 processos trabalhistas em que a Conab figurava como agente passivo, representando uma redução de 14,4% sobre a quantidade existente no exercício anterior.

Gráfico 5. Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: PROGE/ SUMAJ

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por SUREG/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro 116. Demandas Trabalhistas, por SUREG e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: PROGE

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando prevista para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados – GEARE, a Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e a Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC.

3.7 Transferências

As transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajuste ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência são repasses de recursos orçamentários/financeiros decorrentes de Termos de Cooperação ou Planos de Trabalho, celebrados entre a CONAB e outros órgãos públicos, são recebidos pela Matriz (UG 135100) e repassados por meio de Notas de Créditos para execução descentralizada nas Superintendências Regionais da Conab.

3.8 Declaração Atestando que o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV estão Disponíveis e Atualizados



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nívia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente


**Conab**

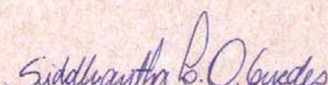
Companhia Nacional de Abastecimento

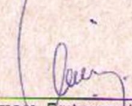
Estrada do Barbalho, nº 960 – Iputinga – 50.690-000 – Recife/PE
(81) 3453-4038 / 3271-3488 – pe.sureg@conab.gov.br

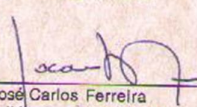
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que as informações referentes aos contratos, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de Agosto de 2008.

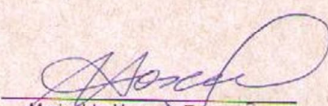

Severina Cavalcanti de Lima
AADIV - Aux. Financeiro
Contratos nºs. 002/2008 008/2009
007/2010



Siddhartha Lira Oliveira Guede
TNS-I- Tec. de Operações
Contratos nºs. 003/2006
9912208775/2007
9912182474/2007

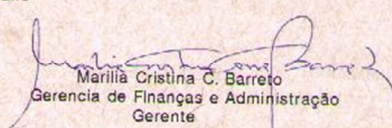

Luiz Homero Frutuoso de Souza
AAD. IV – Aux. Rec. Humano
Contrato nº. 007/2010


José Carlos Ferreira
AAD. IV – Aux. Informática
OS nºs. 020/2010 Contrato nº. 009/2010


Lidyanne Costa de Araújo
Auditora Interna
Contrato nº 10/2009


Marivaldo Vergerà Toscano
Assistente Administrativo
Contratos nºs. 003/2009 013/2010


Marlene Tomás da Costa
ATA I – Assistente Rec. Humano
Contrato nº. 012/2010


Marília Cristina C. Barreto
Gerência de Finanças e Administração
Gerente


"Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento".

GEFAD/mcbb

3.9 Cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas


Em atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007, que determinam que todos os agentes públicos (servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, de qualquer nível ou natureza), os empregados públicos, os diretores e empregados de empresas estatais, os agentes que exercem mandato em órgãos e conselhos de caráter deliberativo e aqueles contratados por tempo determinado deverão autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado. Para tanto, a Companhia disponibiliza em sua intranet formulários específicos para preenchimento.

Apesar das penalidades previstas no §3.º do art. 13 da Lei n.º 8.429/92 e de todos os documentos encaminhados para ciência dos empregados referentes à obrigatoriedade do cumprimento desta determinação, 407 empregados não entregaram a Declaração de Bens e não autorizaram o acesso às suas Declarações.

 **Conab**
Companhia Nacional de Abastecimento

DECLARAÇÃO

Declaro que todos os empregados da Superintendência Regional de Pernambuco – SUREG/PE entregaram a Declaração de Bens e ou autorizaram o acesso às suas Declarações, conforme Cumprimento das obrigações estabelecidas na lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.


Marília Cristina C. Barreto
Gerência de Finanças e Administração
Gerente

3.10 Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Quadro 117. Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão Suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: GEFAD

3.11 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou obras, e Informações Relacionadas à Separação de Resíduos Recicláveis Descartados

Quadro 118. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? • Descarte de embalagens de agrotóxicos					X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). • Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA					X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? • Uso de Biodiesel					X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.						X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>• Folders e comunicações internas</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>Considerações Gerais: Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração – SUPAD, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – SUTIN.</p> <p>Outras Informações:</p> <p>1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais.</p> <p>2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA.</p> <p>3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.</p> <p>4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.</p> <p>5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso/TO.</p> <p>6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.</p> <p>7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>						

Fonte: SUTIN

3.12 Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, Classificado como “Bens de Uso Especial”, de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber:

Quadro 119. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vintas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1
Total			5	6

Fonte: SUPAD/GEPAS

Quadro 120. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135465	UA-Colatina	-	16	3	-	-	-	-	-
135481	UA-Camburi	-	16	3	-	-	-	-	-
135492	UA-Campos Altos	-	16	4	-	-	-	-	-
135475	UA-Conceição do Rio Verde	-	16	4	-	-	-	-	-
135482	UA-Juiz de Fora	-	16	4	-	-	-	-	-
135491	UA-Perdões	-	16	4	-	-	-	-	-
135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-	-
135271	UA-Apucarana	-	16	3	-	-	-	-	-
135331	UA-Bauru	-	16	3	-	-	-	-	-
135486	UA-Carapicuíba	-	16	3	-	-	-	-	-
135531	UA-Bernardino de Campos	-	16	3	-	-	-	-	-
135487	UA-Garça	-	16	3	-	-	-	-	-
135476	Sede SUREG-PB	-	4	2	53.000,00	-	-	-	-
Total Geral					53.000,00				

Fonte: SUPAD/GEPAS

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café-IBC deve-se ao fato de que os mesmos terem sido repassados à Conab por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estão em processo de regularização junto à SPU, inclusive com a interveniência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dirigida pela Advocacia Geral da União – AGU.

Por esse motivo, a Conab não tem realizado gastos relativos à investimentos nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

3.13 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizadas, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

Quadro 121. Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: SUTIN

a) Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o Suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, Suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da SUTIN desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007-2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do

Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – SUTIN e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

b) Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da SUTIN necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e Suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de Suporte técnico.

Quadro 122. Técnicos da SUTIN por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: SUTIN

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro 123. Técnicos da SUTIN por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – SUTIN	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação – GESIN	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software – GESOF	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-GEASI	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico – GESUT	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: SUTIN

c) Segurança da Informação

c.1) Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a SUTIN, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

1. Implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
2. Vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
3. Análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
4. Monitoramento dos serviços críticos de TI;
5. Instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
6. Implantação de sistema de análise de *logs*;
7. Virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
8. Reestruturação da política de *backup*;
9. Elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
10. Elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$ 3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em

vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);

- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação).
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

c.2) Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da SUTIN, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação – GESIN e de Engenharia de Software – GESOF. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a SUTIN utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a SUTIN se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

d.1) Relação de sistemas entregues em 2010

Relação de sistemas mantidos em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPR's.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação:** permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA:** apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPR's.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA:** apresenta as informações das CPR's formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar:** consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários**: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas REFAP**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa REFAP;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e SUREGs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica – SISCOE em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

d.2) Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

XFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei nº 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

Quadro 124. Processos/Descrição/ Quantidade sobre TI

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Ua's Servidores pequeno porte SUREG's Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: SUTIN

e.1) Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.
- Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e Suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão

Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas à assinatura de contrato pelas partes.

- Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, Suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo DEST no ano de 2009.
- Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.
- Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).
- Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, Suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.
- Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e Suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.
- Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.
- Renovação do contrato firmado com a empresa RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

f) Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

1. Portfólio de Soluções e serviços de TI:
<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>
2. Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:
<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>
3. Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):
<http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

3.14 Renúncia Tributária

Não houve ocorrência no período.

3.15 Providências adotadas para atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou As Justificativas para o não Cumprimento

Não houve ocorrência no período.

3.16 Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso Exista na Estrutura do Órgão, Apresentando as Justificativas para os Casos de não Acatamento

Como constam nos relatórios de auditoria a seguir.

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
12/2010 - (ACG) - SUREG PE/PE -	<p>727 - I.1- foram gastos recursos financeiros com republicação de aviso de licitação, visto que, da data da última publicação do aviso até a abertura da licitação, não foi observado o interstício mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, para a modalidade e tipo de licitação eleitos, ou seja, concorrência do tipo técnica e preço, conforme o disposto no inc. IV, do art. 21, da lei n.º 8.666/93; I.2- o valor estimado para a contratação dos serviços ultrapassou o valor de R\$ 111.965,00, assim, a decisão de recurso impetrado na fase da licitação, no caso de manutenção da decisão recorrida, deveria de ter sido feita pela Diretoria Colegiada, neste caso, a mesma instância que autorizou o certame, tudo de acordo com a Resolução n.º 15, de 05/12/2007, item 3, onde estabelece que os titulares das Suregs, no âmbito da circunscrição regional, somente podem autorizar licitação e praticar demais atos inerentes ao procedimento licitatório até o limite estabelecido para a modalidade Convite para compras e serviços, que é de R\$ 80.000,00; I.3- na publicação dos extratos do Contrato e do Termo Aditivo (prorrogação de contrato) não foi utilizada a fundamentação legal conforme orientação emanada da Proge e ratificada pela Audin quando da análise das matérias publicadas no DOU, Seção 3, relativas a avisos de licitações e extratos de contratos e termos aditivos; I.4- nos autos não consta o Ato de Superintendência referente à designação do Fiscal do Contrato, conforme estabelece o art. 67 da Lei de Licitações N.º 8.666/93; I.5- nos autos não constam as NFFs referentes à execução dos serviços do mês de fevereiro/2009 e de abril/2009 em diante, acompanhadas do atesto e relatório do Fiscal do Contrato, e da Ordem Bancária, comprovando o pagamento da prestação dos serviços; I.6- não constou dos autos a conclusão da apuração de fatos que poderiam caracterizar fraude à licitação (Concorrência n.º 01/2008), em vista da alegação da advogada Cláudia Renniére Ribeiro Leite, de que não foi empregada, com carteira assinada, do Escritório Farina Ventrilho & Advogados Associados, vencedor da concorrência antes referida. Ressalte-se que por meio do Processo n.º 03.000357/2009-28 tais fatos foram apurados e a alegação da advogada Cláudia Renniére Ribeiro Leite não acolhida; I.7- não foi registrado o número da Nota de Empenho na Cláusula de Dotação Orçamentária do Contrato; I.8- o Contrato firmado não foi cancelado pela Prore; I.9- a ausência de rubrica da pessoa que reenumerou as fls. 3002 à 3083, do volume 14º, do Processo analisado; I.10- inexistência de despacho da autoridade competente autorizando a prorrogação contratual.</p>	<p>727.1 - I.1- Recomendamos à Sureg/PE observar a contagem de prazos conforme estatuído no art. 110 e § Único da Lei 8.666/93, e informar, em outras oportunidades, no corpo da comunicação interna a ser dirigida à Supad/Gecot, responsável na Conab pelo encaminhamento, à Radiobrás, de matérias a serem publicadas em jornais locais e de grande circulação, a data limite para a publicação requerida, atentando, também, para o prazo que a Supad/Gecot requer para enviar o texto da publicação devidamente formatado à Radiobrás. I.2- Recomendamos à Sureg/PE, nas próximas licitações, observar o disposto no item 3 da Resolução n.º 15, de 05/12/2007, pertinente aos limites das competências delegadas a titular de Sureg; I.3- Recomendamos à Sureg/PE, quando da publicação de extrato de contrato, originado de licitação na modalidade de convite, tomada de preços ou concorrência, utilizar como fundamentação legal o artigo 23 com o devido inciso e alínea da Lei 8.666/93, e quando se tratar de publicação de extrato de Termo Aditivo (prorrogação de contrato) adotar como fundamentação legal o art. 57, caput e parágrafos da Lei 8.666/93, conforme dita a CI/PROGE N.º 272/2008. I.4- Recomendamos à Sureg/PE proceder a inserção, nos autos sob enfoque, de cópia do Ato de Superintendência que designou o Fiscal do Contrato, em atendimento ao disposto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93. I.5- Recomendamos à Sureg/PE proceder a inserção, nos autos sob enfoque, cópias das NFFs referentes à execução dos serviços do mês de fevereiro/2009 e de abril/2009 em diante, acompanhadas do atesto e relatório do Fiscal do Contrato, e da Ordem Bancária, comprovando o pagamento da prestação dos serviços, e ainda, que essa recomendação seja adotada para todos os contratos de natureza continuada ou não. I.6- Recomendamos à Sureg/PE inserir nos autos em foco a conclusão objeto do Processo Sureg/PE n.º. 03.000357/2009-28. I.7- Recomendamos à Sureg/PE registrar o número da Nota de Empenho na Cláusula de Dotação Orçamentária do Contrato. I.8- Recomendamos à Sureg/PE submeter à análise e chancela da Prore os contratos e termos aditivos a serem pactuados. I.9- Recomendamos à Sureg/PE identificar o empregado que reenumerou o volume 14º do Processo analisado, das fls. 3.002 até 3.083, para que este complete o preenchimento do carimbo de numeração com a sua rubrica, conforme o disposto no subitem 2.3 da Norma 60.204 - Padronização dos serviços de documentação - Capítulo V, item II, subitem 2.3: "Numerar as folhas, apondo o respectivo carimbo (órgão, número da folha e rubrica do servidor que estiver numerando o processo)". I.10- Recomendamos à Sureg/PE atentar para que, somente após as providências pelo setor competente quanto à comprovada vantagem da prorrogação contratual, por meio de pesquisas de preços, da concordância da contratada na prorrogação e a necessária alocação dos</p>	<p><u>de marília.barreto em 28/06/2010 como Pendente</u> I.1- Recomendação acatada por esta SUREG/PE, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1529 de 23/06/2010, em anexo, para conhecimento e atendimento. I.2- Acatamos a recomendação e informamos que já estamos realizando os procedimentos licitatórios em conformidade com a Resolução n.º 15, de 05/12/2007, no seu integral teor. I.3- Acatamos integralmente a orientação deste item, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE N.º 1529 de 23/06/2010, e informamos que estamos nos empenhando e redobrando a atenção para obediência criteriosa à base legal das publicações efetuadas. I.4- O processo em questão encontra-se na Matriz, onde está sendo submetido à análise do pedido de repactuação efetuado pelo prestador de serviço. Assim, tão logo os autos retornem a esta Regional, analisaremos a observação constante neste item. Caso verificarmos a ausência do Ato mencionado o faremos constar de imediato. I.5- A decisão de não acostar as notas fiscais aos autos foi tomada objetivando não tumultuar os assuntos ali tratados. Embora tenhamos feito o arquivamento de todas os documentos fiscais, devidamente atestados, inclusive do período mencionado (fevereiro/2009 a abril/2009), em pasta AZ anexa aos autos, confirmamos que estes documentos não constam no processo. Assim, acatamos inteiramente a orientação da AUDIN e tão logo os autos retornem da Matriz faremos a inclusão. I.6- Por orientação da nossa Procuradoria Regional, e de modo a não conturbar os autos, foi solicitada abertura de processo (03.357/2009) para apuração dos fatos levantados pela advogada Sra. Claudia Renniére Ribeiro Leite. Entretanto, confirmamos que os requerimentos iniciais, protocolados pela citada advogada, constam no processo de prestação de serviços advocatícios e os demais, inclusive a decisão final, compõem o processo n.º 03.357/2009. Portanto, acatamos a orientação da AUDIN, também neste item, e assim que estivermos de posse dos autos faremos a inclusão da documentação conclusiva da alegação efetuada. I.7- Assim que o processo retornar a esta Sureg, verificaremos a ausência do registro citado neste item. Caso seja comprovado faremos a alteração recomendada. I.8- Esclarecemos que o contrato foi cancelado pela PRORE, entretanto a via enviada para colhimento das assinaturas do prestador de serviço, Gerente Financeira e Superintendente foi uma cópia da minuta em que não constava a chancela. Desta forma, assim que os autos retornarem solicitaremos a PRORE a chancela das vias assinadas. I.9- Verificaremos a observação efetuada neste item, tão logo os autos retornem a Sureg-PE, bem como tomaremos as medidas necessárias à correção de possíveis falhas. I.10- Verificaremos a observação efetuada neste item, tão logo os autos retornem a Sureg-PE, bem como tomaremos as medidas necessárias à correção de possíveis falhas. QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES Acatamos inteiramente todas as recomendações efetuadas dos itens I.1 a I.10 e baseados nas justificativas apresentadas acima faremos as correções necessárias. Por oportuno, informamos que em alguns itens, como no caso das observações efetuadas no I.5, I.6 e I.8 não houve negligência ou desatenção e sim promovermos um melhor entendimento dos autos e tentativa de agilizar os trâmites processuais. Entretanto, entendemos as orientações da AUDIN e atenderemos de imediato suas recomendações, de modo a contribuir com o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e atendimento</p>

respectivos créditos orçamentários para fazer frente às despesas, a autoridade competente, de posse desses elementos, autorize a prorrogação contratual, conforme estabelece o §2º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

critérios à legislação vigente.

de sergio.amorim em 06/07/2010 como Pendente

Referente às respostas oferecidas às recomendações de n.ºs I.1 a I.10, do item 727, informamos que: I.1 - A providencia adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. I.2 - A providencia adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. I.3 - A providencia adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. I.4 - A recomendação ficará pendente até que nos seja informada a providencia adotada quando do retorno do Processo a essa Sureg/PE. I.5 - Idem. I.6 - Idem. I.7 - Idem. I.8 - Idem. I.9 - Idem. I.10 - Idem.

de sergio.amorim em 15/12/2010 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos interagir junto à PROGE no sentido do recambiamento dos autos de que tratam estas recomendações a essa SUREG/PE, visando dar cumprimento às recomendações ainda pendentes.

728 - II.1- a autoridade que expediu o Edital não o assinou, não o datou e nem rubricou o Relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 009/2009, conforme fls. 130 do processo em epígrafe; II.2- na publicação do Extrato do Contrato N.º 002/2010, não foi informado o fundamento legal da contratação, ou seja, a Lei de n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/05; II.3- na Cláusula Sexta do Contrato - Do Valor Estimado, referente ao Contrato n.º 002/2010, o valor deste foi preenchido em desconformidade com o valor homologado. O valor homologado foi de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), valor médio de diárias, e o valor registrado no contrato de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), refere-se ao valor global anual estimado constante do Termo de Referência do Edital. Deve-se fazer uma retificação da cláusula Sexta para correção do equívoco entre os valores do Temo de Referência e o subscrito no contrato (fls. 131 e 148); II.4- na Cláusula Décima do Contrato- Da Dotação Orçamentária, não foi inserido o n.º da Nota de Empenho (fl.151); II.5- na sessão, da Ata do Pregão Eletrônico n.º 09/2009, destinada a troca de mensagens, constatamos que não houve negociação da Pregoeira com o proponente do menor lance, o que contraria orientação do Tribunal de Contas da União - TCU. A dita negociação possibilita a obtenção de menor preço para a Companhia; II.6- não se observou a necessidade de aprovação prévia, na fase preparatória do pregão, do Termo de Referência pela autoridade competente, conforme disciplina o Decreto n.º 5.450/2005; II.7- não consta nos autos os relatórios do gestor do contrato acerca da execução dos serviços faturados, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias emitidas, certificando a liquidação dos pagamentos dos serviços executados.

728.1 - II.1- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta assine, date e rubrique o Relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 009/2009, constante às fls. 130 do processo em epígrafe, adotando esta sistemática nos próximas relatórios que vier a emitir. II.2- Recomendamos à Sureg/PE que quando da publicação de extrato de contrato, originado de licitação na modalidade de Pregão, utilize como fundamentação legal a Lei de n.º 10.520/2002 e os Decretos ns.º 3.555/2002 e 5.450/05, conforme o caso, e quando se tratar de publicação de extrato de Termo Aditivo (prorrogação de contrato) adotar como fundamentação legal o art. 57, caput e parágrafos da Lei 8.666/93, conforme dita a CI/PROGE N.º 272/2008. II.3- Recomendamos à Sureg/PE, referente ao Contrato n.º 002/2010 (fls. 131 e 148), retificar a Cláusula Sexta - Do Valor Estimado, para o valor adjudicado e homologado, ou seja, R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), que representa o valor médio de diárias, consoante critério de julgamento estabelecido no edital, e que, para evitar o ocorrido, utilize nas próximas licitações, para objetos semelhantes, o critério de julgamento de menor preço global anual. II.4- Recomendamos à Sureg/PE inserir, na Cláusula Décima do Contrato - Da Dotação Orçamentária, o n.º da Nota de Empenho (fl.151). II.5- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta, nos próximos pregões, na fase de aceitação de proposta, passe a adotar como prática, a negociação com o proponente do menor lance, via 'chat' do sistema eletrônico, observando a ordem de classificação, visando a obtenção de menor preço para a Companhia, em vista da seguinte recomendação do TCU: " (Assunto Pregão. DOU de 11.10.2005, S. 1, p.92. Ementa: O TCU determinou ao CADE/MJ que registrasse na ata de realização do pregão as negociações realizadas pelo pregoeiro com vistas à obtenção de melhores preços para a Administração, mesmo que não ocorra redução do preço inicialmente proposto (item 6.1.26, TC-011.068/2003-0, Acórdão n.º 1.886/2005-TCU-2a Câmara)". II.6- Recomendamos à Sureg/PE aprovar ou encaminhar para aprovação, na fase preparatória do pregão, o Termo de Referência, conforme dispõe o artigo 9º, inciso II, do Decreto n.º 5.450/2005. II.7- Recomendamos à Sureg/PE inserir, nos autos sob enfoque, os relatórios do gestor do contrato acerca da execução dos serviços faturados, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias emitidas, certificando a liquidação dos pagamentos dos serviços executados, e ainda, que adote esta recomendação para todos os contratos, de natureza continuada ou não.

de thays.queiroz em 29/06/2010 como Pendente

II.1- Recomendação acatada e cumprida. Informamos que, desde a visita da AUDIN nesta Superintendência a recomendação vem sendo cumprida pela pregoeira e, ainda, que encaminhamos a CI SUREG n.º 1421 de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação. II.2- Acatamos integralmente a orientação deste item, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1529 de 23/06/2010, em anexo, e informamos que estamos nos empenhando e redobrando a atenção para obediência criteriosa à base legal das publicações efetuadas. II.3- Foi elaborado o Primeiro Termo de Re-ratificação ao Contrato n.º 002/2010, constando o valor estimado do contrato que é de R\$ 48.360,00 (Quarenta e Oito Mil, Trezentos e Sessenta Reais) para execução dos serviços que trata a Cláusula Primeira do mesmo, incluindo todos os impostos, seguros, fretes e demais despesas necessárias, considerando a média de uso de 780 (Setecentos e Oitenta) diárias/ano e o valor médio das diárias no valor de R\$62,00 (Sessenta e Dois Reais). II.4- Informamos que já foi solicitado à GEORC a dotação orçamentária desde o dia 14/06/2010, conforme demonstrado na planilha, em anexo, item 1, porém até a presente data não houve liberação para emitirmos a nota de empenho, portanto, assim que for liberado cumprimos a recomendação. II.5- Recomendação acatada, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG n.º 1421 de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas licitações. II.6- Recomendação acatada, porém informamos que essa orientação já vem sendo cumprida por esta SUREG e, por equívoco, não foi cumprida no referido processo. II.7- A decisão de não acostar o relatório do gestor do contrato, juntamente com as notas fiscais, guias de pagamento e ordens bancárias emitidas, aos autos foi tomada objetivando não tumultuar os assuntos ali tratados. Embora tenhamos feito o arquivamento de todas os documentos fiscais, devidamente atestados, em pasta AZ anexa aos autos, confirmamos que estes documentos não constam no processo. Assim, acatamos inteiramente a orientação da AUDIN e informamos que tais documentos já foram inseridos no Processo n.º 03.562/2009, além de informar que passaremos a cumprir as determinações em todos os outros processos. QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES Acatamos inteiramente todas as recomendações efetuadas dos itens II.1 a II.7 e baseados nas justificativas apresentadas acima faremos as correções necessárias. Assim, entendemos as orientações da AUDIN e atenderemos de imediato suas recomendações, de modo a contribuir com o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e atendimento criterioso à legislação vigente.

de thays.queiroz em 29/06/2010 como Pendente

de thays.queiroz em 29/06/2010 como Pendente

Segue o anexo do Item II.4.

de sergio.amorim em 06/07/2010 como Solucionado

Referente às respostas oferecidas às recomendações de n.ºs II.1 a I.7, do item 728, informamos que: I.1 - A providencia adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. I.2 - Idem. I.3 - Idem. I.4 - Idem. I.5 - Idem. I.6 - Idem. I.7 - Idem.

729 - III.1- embora se tenha levantado o custo anual estimado com a contratação (R\$ 56.738,54), este não constou do Termo de Referência e nem da Minuta do Contrato e, por conseguinte, nem do Contrato pactuado entre as partes, o que empresta ao contrato uma situação de indeterminação de seu custo total; III.2- não encontramos a justificativa da autoridade competente para a contratação dos serviços ora em comento; III.3 - o Edital não foi assinado e nem rubricado pela autoridade que o expediu, no caso pela Pregoeira da Sureg/PE, e ainda, não constam deste a data de abertura da licitação e os dados quanto à dotação orçamentária, fato alertado pela Prore/PE quando da chancela; III.4- a minuta do Edital foi encaminhada para chancela com o n.º 009/2008, quando no Sistema de Divulgação Eletrônico de Compras - SIDEC foi registrado com o n.º 011/2008; III.5- existência de marcações impróprias (rabiscos) no corpo da via original do edital acostado aos autos, fato que pode prejudicar a análise processual; III.6- na sessão da Ata do Pregão Eletrônico n.º 11/2009, destinada a troca de mensagens, constatamos que não houve negociação da Pregoeira com o proponente do menor lance, o que contraria orientação do Tribunal de Contas da União - TCU. A dita negociação possibilita a obtenção de menor preço para a Companhia; III.7- o contrato assinado não foi chancelado pela Prore/PE e nem emitida Nota de Empenho para fazer frente às despesas; III.8- não constam dos autos cópia das NFFS referentes à prestação dos serviços, acompanhadas dos relatórios do Fiscal do Contrato, com as respectivas Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias, que servem para comprovar a liquidação da despesa pelos serviços prestados.

729.1 - III.1- Recomendamos à Sureg/PE fazer constar em suas próximas licitações, tanto no edital quanto em seus anexos (termo de referência/projeto básico e minuta de contrato ou instrumento equivalente), item/cláusula específico contemplando o custo total, mensal e/ou anual estimado com a contratação, conforme o caso, evitando registrar somente preços médios ou unitários. III.2- Recomendamos à Sureg/PE justificar, independentemente da modalidade licitatória eleita, a necessidade da contratação. III.3- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta assine e rubrique o Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2008, inserindo no citado edital a data de abertura da licitação e os dados quanto à dotação orçamentária, adotando esta mesma sistemática nos editais que vier a expedir. III.4- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta retifique na minuta do edital que foi encaminhada para chancela o n.º 009/2008 para n.º 011/2008, que foi o número do Pregão Eletrônico registrado no SIDEC e homologado no Comprasnet. III.5- Recomendamos à Sureg/PE deixar de utilizar marcações impróprias (rabiscos, borrões) no corpo de via original de edital acostado nos autos de processo licitatório, evitando com isso, um possível questionamento quanto a legitimidade desses documentos. III.6- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta, nos próximos pregões, na fase de aceitação de proposta, passe a adotar como prática a negociação com o proponente do menor lance, via 'chat' do sistema eletrônico, observando a ordem de classificação, visando a obtenção de menor preço para a Companhia, em vista da seguinte recomendação do TCU: " (Assunto Pregão. DOU de 11.10.2005, S. 1, p.92. Ementa: O TCU determinou ao CADE/MJ que registrasse na ata de realização do pregão as negociações realizadas pelo pregoeiro com vistas à obtenção de melhores preços para a Administração, mesmo que não ocorra redução do preço inicialmente proposto (item 6.1.26, TC-011.068/2003-0, Acórdão n.º 1.886/2005-TCU-2a Câmara)". III.7- Recomendamos à Sureg/PE, previamente à assinatura do contrato, submetê-lo à Prore/PE para análise e chancela, e que estejam assegurados os recursos orçamentários/financeiros para fazerem frente às despesas. III.8- Recomendamos à Sureg/PE inserir, nos autos sob enfoque, cópias das Notas Fiscais Faturas de Serviços, acompanhadas dos relatórios do Fiscal do contrato, com as respectivas Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias, que servem para comprovar a liquidação da despesa pelos serviços prestados.

de thays.queiroz em 29/06/2010 como Pendente

III.1- Acatamos inteiramente a recomendação e informamos que nas próximas licitações cumpriremos o que foi determinado por esta AUDIN. III.2- Recomendação acatada. Já estamos cumprindo a determinação em todos os processos licitatórios. III.3- Recomendação acatada e cumprida. Informamos que, desde a visita da AUDIN nesta Superintendência a recomendação vem sendo cumprida pela pregoeira e, ainda, que encaminhamos a CI SUREG n.º 1421 de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação. III.4- Recomendação acatada. Encaminhamos o processo à pregoeira para as devidas correções. III.5- Acatamos inteiramente a recomendação e informamos que estamos nos empenhando e redobrando a atenção objetivando evitar esse tipo de falha. III.6- Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas licitações. III.7- Esclarecemos que o contrato foi chancelado pela PRORE, entretanto a via enviada para colhimento das assinaturas do prestador de serviço, Gerente Financeira e Superintendente foi uma cópia da minuta em que não constava a chancela. Mas, acatamos a recomendação, ao tempo em que já solicitamos a análise e chancela do contrato assinado e, ainda, informamos que estamos procedendo de forma que todo contrato seja novamente submetido à PRORE para análise e chancela, antes de sua assinatura. Informamos também que foi emitida, e inserida nos autos, a Nota de Empenho de n.º 2010NF000012, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais). III.8- A decisão de não acostar o relatório do gestor do contrato, juntamente com as notas fiscais, guias de pagamento e ordens bancárias emitidas, aos autos foi tomada objetivando não tumultuar os assuntos ali tratados. Embora tenhamos feito o arquivamento de todas os documentos fiscais, devidamente atestados, em pasta AZ anexa aos autos, confirmamos que estes documentos não constam no processo. Assim, acatamos inteiramente a orientação da AUDIN e informamos que tais documentos já foram inseridos no Processo n.º 03.339/2008, além de informar que passaremos a cumprir as determinações em todos os outros processos.

QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES Acatamos inteiramente todas as recomendações efetuadas dos itens III.1 a III.8 e baseados nas justificativas apresentadas acima faremos as correções necessárias. Assim, entendemos as orientações da AUDIN e atenderemos de imediato suas recomendações, de modo a contribuir com o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e atendimento criterioso à legislação vigente.

de sergio.amorim em 06/07/2010 como Solucionado

Referente às respostas oferecidas às recomendações de n.ºs III.1 a III.8, do item 729, informamos que: I.1 - A providencia adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. I.2 - Idem. I.3 - Idem. I.4 - Idem. I.5 - Idem. I.6 - Idem. I.7 - Idem. I.8 - Idem.

<p>730 - IV.1- o edital (fls. 46 à 84) não foi assinado, nem datado e nem rubricado pela autoridade que o expediu, no caso a Pregoeira da Sureg/PE, e ainda, que após a chancela, não constou do mesmo a data de abertura da licitação; IV.2- houve uma impugnação, da empresa Higiene Conservação e Limpeza Ltda. (fls.157 à 170), contra o disposto no item 8.1, alínea " b", do edital do Pregão Eletrônico de n.º 007/2007, que exigia, na fase de habilitação, Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no Conselho Regional de Administração - CRA, a qual não recebeu o tratamento adequada por parte da Pregoeira que, à frente do processo licitatório, não ouviu a Prore e também não acolheu as razões da impugnação impetrada, mantendo a exigência de apresentação de atestado exigido pelo item combatido, isso tudo sem nenhum registro formal nos autos e no Comprasnet. Assim, o Impetrante, conhecendo de alguma forma a decisão e não concordando com a mesma, procurou a Justiça Federal de Primeiro Grau, via Ação Ordinária, para participar do certame. Somente depois do Poder Judiciário se pronunciar, foi que a Prore foi acionada, onde manifestou-se no sentido de acatar a sentença deferida pelo juízo federal, fato que poderia ter sido evitado se tal providência tivesse sido adotada antes de a Pregoeira ter julgado a impugnação e adotado o rito adequado insculpido na legislação do pregão; IV.3- ante os registros constantes na Ata do Pregão Eletrônico n.º 007/2007 (fls. 240 à 250), a desclassificação de proposta sem que fosse devidamente caracterizado o motivo de tal ato; IV.4- o Ato de Superintendência que designou o Agente 67, não é específico para o contrato objeto do processo ora relatado, o mesmo menciona contrato de natureza continuada, ou seja, é genérico quanto ao processo a ser fiscalizado (fl. 328); IV.5- não constam nos autos cópias das notas fiscais com o atesto dos serviços prestados, juntamente com o relatório do Agente 67, acompanhado das respectivas Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias, comprovando a liquidação da despesa. IV.6- não consta nos autos a cópia do julgamento de recurso interposto, parte integrante da Ata gerada pelo Sistema do Comprasnet.</p>	<p>730.1 - IV.1- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta assine, rubrique e date o Edital do Pregão Eletrônico n.º 07/2007, inserindo no citado edital a data de abertura da licitação, adotando esta mesma sistemática nos editais que vier a expedir. IV.2- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta, quando de julgamento de impugnação de edital de licitação, o faça com o apoio do responsável pela elaboração do termo aditivo e da área jurídica da Sureg/PE, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), conforme § 1º, do art. 18, do Decreto n.º 5.450/2005, e adote os seguintes procedimentos: 1) responder diretamente ao impugnante quanto a decisão adotada; 2) registrar no Sistema do Comprasnet, em campo específico para tal fim, tanto um resumo da impugnação interposta quanto o resultado do julgamento, para conhecimento dos demais interessados em participar do pregão eletrônico. IV.3- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, no sentido de fundamentar e registrar, na fase de Aceitação de Proposta, a desclassificação de propostas, ante os registros constantes na Ata do Pregão Eletrônico N.º 007/2007 (fls. 240 à 250). IV.4- Recomendamos à Sureg/PE especificar o número do contrato e objeto quando da emissão de Ato de Superintendência, designando fiscal de contrato (Agente 67). IV.5- Recomendamos à Sureg/PE inserir nos autos sob enfoque cópias das Notas Fiscais Faturas de Serviços, acompanhadas dos relatórios do Fiscal do Contrato, com as respectivas Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias, que servem para comprovar a liquidação da despesa pelos serviços prestados. IV.6- Recomendamos à Sureg/PE, em atenção ao art. 30, inciso XI , do Decreto n.º 5.450/2005, inserir nos autos cópia da Ata, gerada pelo sistema eletrônico, com todos os seus anexos: Avisos, Esclarecimentos, Impugnações, Recursos, Termo de Adjudicação e Termo de Homologação.</p>	<p>de thays.queiroz em 30/06/2010 como Pendente</p> <p>IV.1- Recomendação acatada e cumprida. Informamos que, desde a visita da AUDIN nesta Companhia, a recomendação vem sendo cumprida pela pregoeira e, ainda, que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação. IV.2 e IV.3- Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas licitações. IV.4- O Processo n.º 03.065/2007 já foi encerrado, inclusive com penalização da empresa prestadora de serviços, Essencial Terceirização e Vigilância Eletrônica Ltda, por descumprimento contratual. A época da vigência do citado contrato havia apenas um Agente 67 (o Sr. Jairo Catunda) na Regional de Pernambuco, entretanto isto não mais acontece. Objetivando um acompanhamento eficiente de todos os contratos de natureza continuada ou não, desta regional, foram emitidos Atos de Superintendência designando empregados distintos como Fiscais/Gestores de Contratos. IV.5- A decisão de não acostar as notas fiscais aos autos foi tomada objetivando não tumultuar os assuntos ali tratados. Embora tenhamos feito o arquivamento de todos os documentos fiscais, devidamente atestados, inclusive com o relatório do Agente 67, em pasta AZ anexa aos autos, confirmamos que estes documentos não constam no processo. Assim, acatamos inteiramente a orientação da AUDIN e informamos que tais documentos já foram inseridos no Processo n.º 03.065/2007, além de informar que passaremos a cumprir as determinações em todos os outros processos. IV.6- Recomendação acatada. Informamos que foi inserida no processo n.º 03.065/2007 cópia da Ata, gerada pelo sistema eletrônico, com todos os seus anexos. QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES Acatamos inteiramente todas as recomendações efetuadas dos itens IV.1 a IV.6 e baseado nas justificativas apresentadas acima, faremos as correções necessárias. Assim, entendemos as orientações da AUDIN e atenderemos de imediato suas recomendações, de modo a contribuir com o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e atendimento criterioso à legislação vigente.</p> <hr/> <p>de sergio.amorim em 06/07/2010 como Solucionado</p> <p>Referente às respostas oferecidas às recomendações de n.ºs IV.1 a IV.6, do item 730, informamos que: IV.1 - A providência adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. IV.2 - Idem. IV.3 - Idem. IV.4 - Idem. IV.5 - Idem. IV.6 - Idem.</p>
---	---	--

731 - V.1- os Editais do PE N.º 07/2009 (inicial e o retificado), após serem cancelados, não foram assinados e rubricados pela autoridade que os expediu, neste caso pela Pregoeira da Sureg/PE, e ainda, não constam daqueles a data de abertura da licitação e nem item referente à dotação orçamentária; V.2- não consta do Edital item referente à previsão de dotação orçamentária; V.3- o Edital foi impugnado e não consta resposta à impugnação; V.4- há informação, por meio de Aviso no sistema eletrônico do Comprasnet, que a licitação foi suspensa em 04/11/2009, para a retificação do Edital, em razão da edição da IN 03, da SLTI/MPOG, entretanto, não consta dos autos a publicação da suspensão no Diário Oficial da União - D.O.U., embora conste o extrato referente ao aviso de reabertura de prazo publicado no D.O.U; V.5- não consta dos autos documentação que comprove a disponibilização do Edital na Internet (Comprasnet e Site da Conab); V.6- na sessão, da Ata do Pregão Eletrônico n.º 11/2009, destinada a troca de mensagens, constatou-se que não houve negociação da Pregoeira com o proponente do menor lance, o que contraria orientação do Tribunal de Contas da União - TCU. A dita negociação possibilita a obtenção de menor preço para a Companhia; V.7- a juntada de documentos no processo sem observância da cronologia das datas dos acontecimentos, o que dificulta a análise processual; V.8- o Contrato assinado entre a CONAB e a Contratada não foi cancelado pela Prore.

731.1 - V.1- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta assine, rubrique e date os Editais do PE N.º 07/2009 (inicial e o retificado), inserindo no citado edital a data de abertura da licitação, adotando esta mesma sistemática nos editais que vier a expedir. V.2- Recomendamos à Sureg/PE fazer constar de seus editais item específico quanto à previsão de dotação orçamentária. V.3- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta passe a responder impugnação de edital de licitação com o apoio do responsável pela elaboração do termo aditivo e da área jurídica da Sureg/PE, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), conforme § 1º, do art. 18, do Decreto 5.450/2005, e adote os seguintes procedimentos: 1) responder diretamente ao impugnante quanto a decisão adotada; 2) registrar no Sistema do Comprasnet, em campo específico para tal fim, tanto um resumo da impugnação interposta quanto o resultado do julgamento, para conhecimento dos demais interessados em participar do pregão eletrônico. V.4- Recomendamos à Sureg/PE, em caso de necessidade de retificação de edital, cuja reabertura de prazo seja inevitável, e não se podendo, de antemão, determinar prazo de ajuste de edital, suspender a licitação, e publicar o aviso de suspensão nos mesmos meios por onde ocorreu o aviso da licitação, anexando nos autos, oportunamente, os extratos dessas publicações, em conformidade com o disposto no inciso XII, do art. 30, do Decreto n.º 5.450/2005. V.5- Recomendamos à Sureg/PE, em homenagem ao princípio da formalização do procedimento licitatório, juntar aos autos os comprovantes da disponibilização do Edital na Internet (Comprasnet e Site da Conab). V.6- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta, nos próximos pregões, na fase de aceitação de proposta, passe a adotar como prática, a negociação com o proponente do menor lance, via 'chat' do sistema eletrônico, observando a ordem de classificação, visando a obtenção de menor preço para a Companhia, em vista da seguinte recomendação do TCU: "(Assunto Pregão. DOU de 11.10.2005, S. 1, p.92. Ementa: O TCU determinou ao CADE/MJ que registrasse na ata de realização do pregão as negociações realizadas pelo pregoeiro com vistas à obtenção de melhores preços para a Administração, mesmo que não ocorra redução do preço inicialmente proposto (item 6.1.26, TC-011.068/2003-0, Acórdão n.º 1.886/2005-TCU-2a Câmara)". V.7- Recomendamos à Sureg/PE, sempre que não houver impedimento, juntar aos autos do processo licitatório, obedecendo a cronologia das datas dos acontecimentos, toda documentação pertinente. V.8- Recomendamos à Sureg/PE, a exemplo da minuta de contrato, submeter o contrato à chancela da Prore, antes de ser assinado pelos interessados.

de thays.queiroz em 02/07/2010 como Pendente

V.1- Recomendação acatada e cumprida. Informamos que, desde a visita da AUDIN nesta Companhia, a recomendação vem sendo cumprida pela pregoeira e, ainda, que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação. V.2- Em relação a este item, consta no edital, conforme anexo Edital Pregão n.º 007/2009, a previsão orçamentária na Cláusula Terceira - Da Despesa e, complementarmente, consta no Contrato, que é parte integrante do Edital, na Cláusula Terceira - Da Despesa, o número da Nota de Empenho, conforme anexo. V.3- Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas licitações. V.4- Esclarecemos que o Aviso de Suspensão da licitação foi publicado no D.O.U. em 06/11/2009, porém, por equívoco, não foi inserido no processo. Acatamos a recomendação, ao tempo em que acostamos aos autos o extrato dessa publicação, em anexo, em conformidade com o inciso XII, do art.30, do Decreto n.º 5.450/2005. V.5- Esclarecemos que o Edital foi publicado no Comprasnet, porém, por equívoco, não foi inserido no processo. Acatamos a recomendação, ao tempo em que acostamos aos autos comprovante de publicação no Comprasnet, o qual consta em anexo. V.6- Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas licitações. V.7- Acatamos inteiramente a recomendação e redobramos a atenção com o intuito de que a documentação pertinente ao processo obedeça, sempre que não houver impedimento, a cronologia das datas de acontecimento. V.8- Esclarecemos que o contrato foi cancelado pela PRORE, entretanto a via enviada para colhimento das assinaturas do prestador de serviço, Gerente Financeira e Superintendente foi uma cópia da minuta em que não constava a chancela. Acatamos as orientações da AUDIN e informamos que a Procuradoria desta Regional analisou e chancelou as vias assinadas.

de thays.queiroz em 02/07/2010 como Pendente

Segue anexo do item V.2 (fl. 251 do processo 03.298/2009, a qual consta a Cláusula Terceira - Da Despesa).

de thays.queiroz em 02/07/2010 como Pendente

Segue anexo do item V.2 (fl. 482 do processo 03.298/2009, a qual consta a Cláusula Terceira da Despesa).

de thays.queiroz em 02/07/2010 como Pendente

Segue anexo do item V.4.

de thays.queiroz em 02/07/2010 como Pendente

Segue anexo do item V.5.

de sergio.amorim em 06/07/2010 como Solucionado

Referente às respostas oferecidas às recomendações de n.ºs V.1 a VI.8, do item 731, informamos que: V.1 - A providência adotada para a recomendação foi acolhida pela equipe de auditores. V.2 - Idem. V.3 - Idem. V.4 - Idem. V.5 - Idem. V.6 - Idem. V.7 - Idem. V.8 - Idem. I.9 - Idem. I.10 - Idem.

732 - VI.1- o Edital do PE N.º 013/2006 não foi assinado e nem rubricado pela autoridade que o expediu, neste caso pela Pregoeira da Sureg/PE, e que ainda, não constam deste a data de abertura da licitação e dados quanto à dotação orçamentária, fato alertado pela Prore quando da chancela; VI.2- o Edital do PE N.º 01/2007, em razão do cancelamento do PE N.º 013/2006, não foi chancelado pela Prore; VI.3- não consta dos autos documentação comprovando a disponibilização do Edital no site do Comprasnet; VI.4- na Ata do PE em comento, no que diz respeito à troca de mensagens entre a Pregoeira e os Licitantes, constatamos não ter havido negociação para obtenção de melhor preço para a Administração; VI.5- não consta cópia do anexo da Ata do PE N.º 07/2009 referente ao julgamento dos Recursos, via eletrônica, embora conste a decisão da Pregoeira em documento acostado às fls. 240 a 248; VI.6- o Contrato pactuado entre as partes não foi chancelado pela Prore; VI.7- não constam na Cláusula Décima do 2.º e 4.º Termos Aditivos dados quanto à dotação orçamentária; VI.8- segundo despacho da Diretoria Administrativa - Dirad, inserido nos autos, todos os termos aditivos de prorrogação e/ou repactuação foram autorizados diretamente pelo titular da Sureg/PE, quando pelos normativos da Companhia deveriam de ser pela Dirad ou Diretoria Colegiada. Tais atos foram apontados pela Dirad como nulos quando do encaminhamento do 5º TA para autorização pela Diretoria Colegiada, declarando obstáculo jurídico quanto ao acréscimo de mais dois postos de vigilância ao contrato até então vigente, remetendo os autos à Proge frente a possibilidade de irregularidade na contratação. A vigência do Contrato expirou-se no dia 31/03/2010, data do despacho da Dirad para a Proge. O Processo que cuida da contratação em questão foi recambiado à Sureg/PE no dia 08/04/2010, para instrução e retorno à Proge, ou seja, sem possibilidade de aditamento, visto que não se adita contrato vencido. O resumo da situação é que a Sureg/PE ficou sem cobertura contratual dos necessários serviços de vigilância e teve que se valer de uma contratação emergencial até que se conclua um novo processo licitatório.

732.1 - VI.1- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta assine, rubrique e date os Editais do PE N.º 07/2009 (inicial e o retificado), inserindo no citado edital a data de abertura da licitação e os dados quanto a dotação orçamentária, adotando esta mesma sistemática nos editais que vier a expedir. VI.2- Recomendamos à Sureg/PE submeter à chancela da Prore edital de licitação, mesmo que editado em razão de cancelamento de licitação de mesmo objeto, visto tratar-se de novo procedimento. VI.3- Recomendamos à Sureg/PE, em homenagem ao princípio da formalização do procedimento licitatório, juntar aos autos os comprovantes da disponibilização do edital na Internet (Comprasnet e Site da Conab). VI.4- Recomendamos à Sureg/PE fazer gestão junto à Pregoeira, para que esta, nos próximos pregões, na fase de aceitação de proposta, passe a adotar como prática, a negociação com o proponente do menor lance, via 'chat' do sistema eletrônico, observando a ordem de classificação, visando a obtenção de menor preço para a Companhia, em vista da seguinte recomendação do TCU: "(Assunto Pregão. DOU de 11.10.2005, S. 1, p.92. Ementa: O TCU determinou ao CADE/MJ que registrasse na ata de realização do pregão as negociações realizadas pelo pregoeiro com vistas à obtenção de melhores preços para a Administração, mesmo que não ocorra redução do preço inicialmente proposto (item 6.1.26, TC-011.068/2003-0, Acórdão n.º 1.886/2005-TCU-2a Câmara)". VI.5- Recomendamos à Sureg/PE, em atenção ao art. 30, inciso XI, do Decreto n.º 5.450/2005, inserir nos autos cópia de Ata, gerada pelo sistema eletrônico, com todos os seus anexos: Avisos, Esclarecimentos, Impugnações, Recursos, Termo de Adjudicação e Termo de Homologação. VI.6- Recomendamos à Sureg/PE, a exemplo da minuta de contrato, submeter o contrato à chancela da Prore, antes de ser assinado pelos interessados. VI.7- Recomendamos à Sureg/PE não deixar em branco espaço destinado ao preenchimento de dados de dotação orçamentária, quando da emissão de termos aditivos. VI.8- Recomendamos à Sureg/PE que, em razão de procedimentos divergentes constantes dos autos quanto a aplicação do subitem 3.1 c/c o item 3, ambos da Resolução N.º 15/2007, consultar a Dirad, responsável pela norma em questão, se o limite da competência estabelecido no caput do item 3 alcança todos os procedimentos do PROCESSO LICITATÓRIO, já que o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO encerra-se com a homologação/adjudicação da licitação.

de thays.queiroz em 30/06/2010 como Pendente

VI.1, VI.2 e VI.3- Ficamos impossibilitados, momentaneamente, de cumprir as recomendações da AUDIN, visto que o processo encontra-se na PROGE desde o dia 28/04/2010. Tão logo os autos retornem a esta SUREG, cumpriremos as devidas recomendações. VI.4- Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas licitações. VI.5- Ficamos impossibilitados, momentaneamente, de cumprir as recomendações da AUDIN, visto que o processo encontra-se na PROGE desde o dia 28/04/2010. Tão logo os autos retornem a esta SUREG, cumpriremos as devidas recomendações. VI.6, VI.7 e VI.8- Acatamos as recomendações e informamos que já estamos procedendo conforme determinado por esta AUDIN.

de sergio.amorim em 06/07/2010 como Pendente

Referente às respostas oferecidas às recomendações de n.ºs VI.1 a VI.8, do item 732, informamos que: VI.1 - A recomendação ficará pendente até que nos seja informada a providência adotada quando do retorno do Processo a essa Sureg/PE. VI.2 - Idem. VI.3 - Idem. VI.4 - A providência adotada foi acolhida pela equipe de auditores. VI.5 - A recomendação ficará pendente até que nos seja informada a providência adotada quando do retorno do Processo a essa Sureg/PE.. VI.6 - A providência adotada foi acolhida pela equipe de auditores. VI.7 - Idem. VI.8 - Idem.

de sergio.amorim em 15/12/2010 como Pendente

Dado o tempo decorrido, solicitamos interagir junto à PROGE no sentido do recambiamento dos autos de que tratam estas recomendações a essa SUREG/PE, visando dar cumprimento às recomendações ainda pendentes.

de thays.queiroz em 01/02/2011 como Pendente

Com o retorno dos autos a esta Sureg/PE, em 31/01/2011, temos o seguinte a informar: VI.1 - Recomendação acatada e cumprida. Informamos que, desde a visita da AUDIN nesta Companhia, a recomendação vem sendo cumprida pela pregoeira e, ainda, que encaminhamos a CI SUREG/PE n.º 1421, de 10/06/2010, em anexo, com tal recomendação. Por oportuno, informamos que a devida recomendação se trata do Edital Pregão Eletrônico n.º 013/2006, retificado posteriormente pelo n.º 001/2007, e não do Pregão n.º 007/2009 como consta no relatório. VI.2 - Considerando que o processo licitatório se realizou há 4 (quatro) anos; que o referido processo será encerrado e arquivado, em virtude de já estarmos com um novo contrato de vigilância armada em vigência; considerando que o teor do Edital era o mesmo do anteriormente chancelado; e considerando principalmente que a Procuradora Regional da época não se encontra mais na Companhia; ficamos impossibilitados de providenciar a chancela do Edital republicado. Porém, informamos que, desde a visita da AUDIN nesta Sureg, a recomendação vem sendo cumprida continuamente nos processos licitatórios. VI.3 - Recomendação acatada, ao tempo em que informamos que já consta nos autos comprovante de publicação no site da Conab e, ainda, que tal recomendação vem sendo cumprida continuamente nos processos licitatórios. VI.5 - Recomendação acatada. Informamos que foi inserida no processo n.º 03.448/2006 cópia da Ata, com todos os seus anexos.

		<p>de nanci.lino em 03/02/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista que as recomendações estão sendo cumpridas, acatamos as providências adotadas por esta Sureg.</p>
<p>733 - De um modo geral, os processos de aquisições/contratações por dispensa de licitação, no âmbito da Sureg/PE, foram instruídos de acordo com os normativos em vigor, com exceção da juntada do documento comprobatório da regularidade fiscal do fornecedor/contratado.</p>	<p>733.1 - Recomendamos à Sureg/PE, a adotar como prática, a juntada aos processos de dispensa de licitação de documento comprobatório da regularidade fiscal do fornecedor/contratado.</p>	<p>de thays.queiroz em 30/06/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que estamos sempre nos empenhando para realizar os procedimentos de acordo com a legislação vigente, de modo a contribuir para o melhoramento contínuo dos procedimentos administrativos. Quanto à recomendação, informamos que acatamos, ao tempo em que encaminhamos a CI nº 1529, de 23/06/2010, orientando sobre a juntada de documento comprobatório da regularidade fiscal de todos os fornecedores pesquisados.</p> <p>de sergio.amorim em 06/07/2010 como Solucionado</p> <p>Referente à resposta oferecida à recomendação do item 733, informamos que a mesma foi acolhida pela equipe de auditores.</p>
<p>734 - - inexistente documento atestando a validade da Ata, para fins de adesão; - o Ofício Sureg/PE Nº 3.148, de 04/12/2008, encaminhado ao Comando do CPOR/Recife não detalha qual item e quantidade a aderir e nem justifica a vantagem da adesão; - não consta cópia do original da Ata assinada entre o Comando do CPOR/Recife e o licitante vencedor do PE SRP 001/2008; - não consta cópia das publicações no DOU do Aviso da Licitação, do resultado da licitação e da publicação da Ata SRP do referido pregão; - não consta documento encaminhado ao fornecedor concordando com o fornecimento; - não consta consulta ao SICAF quanto à regularidade do fornecedor, antes da adesão; - na Guia de Pagamento n.º 166/09, utilizou-se como fundamentação legal para a adesão o Inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93 : Dispensa de Licitação.</p>	<p>734.1 - Recomendamos à Sureg/PE, nos casos em que as aquisições/contratações, devidamente justificadas, se mostrarem mais vantajosas para a Administração por meio de adesão à Ata de Sistema de Registro de Preços - SRP, adotar os seguintes procedimentos: a) verificar se a Ata SRP está registrada no Comprasnet, pois, em caso contrário, a adesão não poderá ser concluída; b) verificar se a Ata SRP permanecerá válida até a conclusão da adesão, vez que não se pode aderir a Ata SRP vencida; c) certificar quanto à regularidade do licitante junto ao SICAF-Sistema de Cadastramento de Fornecedores antes e depois da adesão; c) obter junto ao órgão gerenciador da Ata SRP cópia dos extratos de publicação no DOU do aviso da licitação, do resultado do julgamento e do registro da Ata SRP, e ainda cópia dos originais da Ata SRP e do Contrato (quando houver); d) emitir ofício ao órgão gerenciador da Ata SRP solicitando adesão, onde deve constar a vantajosidade da adesão e o número do item que se quer aderir, detalhando especificação e quantidade; e) no caso de concordância com a adesão, o órgão gerenciador da Ata SRP deve informar os dados do fornecedor e sua concordância com o fornecimento; f) caso a resposta do órgão gerenciador seja silente quanto a concordância do fornecedor, emitir ofício ao fornecedor solicitando concordância com o fornecimento, nas mesmas condições registradas na Ata SRP correspondente, indicando o item e quantidade, consoante ofício encaminhado ao gestor da Ata SRP; e g) utilizar como fundamentação legal, no caso de adesão à Ata de SRP, o art. 8º, do Decreto n.º 3.931/01, alterado pelo Decreto n.º 4.342/02.</p>	<p>de thays.queiroz em 06/07/2010 como Pendente</p> <p>Acatamos inteiramente a recomendação, ao tempo em que encaminhamos a CI SUREG/PE nº 1592, de 05/07/2010, em anexo, com tal recomendação para conhecimento e atendimento nas próximas aquisições/contratações, quando as mesmas se mostrarem mais vantajosas para a Administração por meio de adesão à Ata de Sistema de Registro de Preços – SRP.</p> <p>de sergio.amorim em 06/07/2010 como Solucionado</p> <p>Referente à resposta oferecida à recomendação do item 734, informamos que a mesma foi acolhida pela equipe de auditores.</p>

<p>1/2010 - Extraordinário - (ACG) - SUREG PE/PE -</p>	<p>2 - Outra afirmação contida na denúncia foi que, durante o ano de 2009, os exames periódicos não foram realizados. No que se refere a esse item, verificou-se que houve um retardamento nas datas das consultas e exames, fato atribuído a incompatibilidade entre os sistemas da Matriz e o da Sureg/PE, que não são multiplataforma (não "conversam" entre si). Pelo que foi dado observar, a situação está sendo normalizada, em decorrência da implantação de medidas voltadas à eliminação dos pontos críticos. A propósito, cabe mencionar que um dos fatores negativos que delineou as deficiências no processo foi representado pela descontinuidade administrativa vivenciada pela Sureg/PE nos últimos anos.</p>	<p>2.1 - Recomendamos à Sureg/PE que procure obedecer a periodicidade exigida pelas Normas da Organização - NOC 60.107, Cap. II, item II, para a execução dos exames médicos periódicos.</p>	<p>de marilia.barreto em 06/07/2010 como Pendente</p> <p>Em virtude da inexecução, ainda que parcial, do Contrato celebrado entre a empresa Singular Serviços de Saúde LTDA e esta Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, em razão dos laudos LTCAT e PPRA não apresentarem as medidas quantitativas, e ainda do descumprimento contratual do Contrato nº 004/2006, constante no Processo nº 03.199/2005, houve um retardamento nas datas das consultas e exames. Porém, medidas saneadoras foram tomadas objetivando a solução imediata, ou seja, as guias dos exames periódicos foram emitidas pelo médico Coordenador da Matriz e, em seguida, os empregados foram encaminhados as clínicas conveniadas para emissão dos ASO's. Enquanto isso, o processo nº 03.714/2009, referente a contratação de empresa especializada na elaboração coordenação, assistência ao desenvolvimento e emissão do relatório anual do Programa de Controle de Saúde Médico Ocupacional – PCMSO desta Superintendência Regional, encontra-se em fase de elaboração de Edital e Anexos, visando atender as Normas da Organização – NOC nº 60.107, Capítulo II, Item II, referente a Periodicidade para Execução dos Exames. Dessa forma, temos a informar que a recomendação foi acatada por esta Regional e que todas as medidas cabíveis estão sendo e são comumente tomadas para cumprir os normativos vigente.</p>
<p>3 - Outro ponto da denúncia é a situação de abandono de veículos no pátio da Conab. Constatou-se que há veículos em bom estado de conservação que não estão sendo utilizados, e também veículos de uso da empresa onde maior parte está sem condição de uso (ano de fabricação de 1974,1980/82/83/88). Alguns estão com restrição judicial (sob penhora) e outros em processo de alienação. Observou-se veículos em condições de uso não segurados, o que explica a comedida utilização.</p>	<p>3 - Outro ponto da denúncia é a situação de abandono de veículos no pátio da Conab. Constatou-se que há veículos em bom estado de conservação que não estão sendo utilizados, e também veículos de uso da empresa onde maior parte está sem condição de uso (ano de fabricação de 1974,1980/82/83/88). Alguns estão com restrição judicial (sob penhora) e outros em processo de alienação. Observou-se veículos em condições de uso não segurados, o que explica a comedida utilização.</p>	<p>3.1 - Recomendamos à Sureg/PE interagir junto à Dirad com vista à contratação de seguro para os veículos em condições de uso. Recomendamos à Sureg/PE reavaliar o estado de conservação de toda a frota de veículos e propor a alienação daqueles sem condições de uso e cuja a recuperação seja antieconômica.</p>	<p>de sergio.amorim em 07/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação nº 2.1 acata pela equipe de auditores.</p> <hr/> <p>de marilia.barreto em 06/07/2010 como Pendente</p> <p>Em se tratando dos veículos, antes mesmo de falar sobre os pontos levantados pela auditoria, temos a esclarecer que os veículos não encontram-se abandonados no pátio da Conab. Encontram-se no referido local devido a execução das obras de construção civil necessárias à recuperação, reforço estrutural e impermeabilização das estruturas de concreto armado, vigas, paredes e fundações do Armazém-01 da Unidade Armazenadora de Recife, objeto do Processo nº 03.191/2008, tomando-se necessária a remoção temporária dos veículos para o pátio da Conab. Quanto as recomendações, temos a informar que acatamos as sugestões, porém podemos adiantar que já existe o Processo nº 03.103/2009, objetivando a alienação dos veículos sem condições de uso e cuja recuperação se torna antieconômica. E informar ainda que já foi mantido contato com a GEPAS/DIRAD, a qual informou que aquela Diretoria será responsável pela contratação de empresa especializada em seguros de veículos, porém, por falta de recursos orçamentários apenas os caminhões serão segurados, atendendo, dessa forma, todas as Regionais.</p> <hr/> <p>de sergio.amorim em 07/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação nº 3.1 acatada pela equipe de auditores.</p>

<p>4 - A manifestação do denunciante diz respeito ao trato interpessoal, que na ótica deste, está cívico de vícios. Pode até haver casos isolados de desentendimentos entre empregados, empregados e gestores, e entre os próprios gestores. Essa situação pode ser parcialmente explicada em razão da múltipla formação cultural da Conab, a qual gera uma incompatibilidade natural vinda da segregação de vários nichos como das ex CFP, ex CIBRAZEM, ex COBAL e empregados Reintegrados, Anistiados e Concursados. O que se observou na Sureg/PE, logo no 1º dia de trabalho, dia 12/04/2010, data comemorativa do aniversário dos 20 (vinte) anos da Conab, foi a realização de um evento comemorativo à data, onde se buscou promover o congraçamento entre os empregados, por meio de diversas atividades promovidas ao longo do dia, finalizado com um culto ecumênico, onde os convidados palestrantes lembraram da necessidade de se manter um ambiente de trabalho saudável, melhorando a qualidade de vida, entre tantas outras ações importantes nas relações de trabalho e interpessoais.</p>	<p>4.1 - Recomendamos à Sureg/PE, que atente para o objetivo estratégico quanto a criar ambiente participativo, integrado e motivado.</p>	<p>de marilia.barreto em 06/07/2010 como Pendente</p> <p>Sabemos que a valorização das pessoas que estão inseridas na organização dá-se quando a administração consegue gerar e manter a motivação no ambiente de trabalho desenvolvendo a habilidade da comunicação e a auto estima, isto porque qualquer organização é composta de pessoas e, ainda que pareça óbvio ou simplista, o relacionamento interpessoal e social é permeado pela diversidade dos seres humanos com suas características individuais cada qual com seus sentimentos, desejos e receios, o que pode gerar algum tipo de conflito. E é diante desse contexto que esta Superintendência vem desenvolvendo um trabalho de maior integração entre os empregados e maior participação dos mesmos nas definições de objetivos e metas para organização, além de desenvolver e promover atividades que os motivem a executar com mais confiança, mais vontade e mais satisfação as suas tarefas.</p> <p>de sergio.amorim em 07/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação nº 4.1 acatada pela equipe de auditores.</p>
<p>5 - Para o denunciante os débitos pela utilização do SAS ocorreu de forma extemporânea e sem a prévia informação dos valores a serem descontados aos empregados interessados. De acordo com o denunciante a falta de controle foi agravada pelas cobranças indevidas, quando débitos de um empregado foram lançados no contracheque de outro. De acordo com a CI n.º 1.885, de 29/06/09, o Superintendente da Sureg/PE solicitou à Superintendência de Recursos Humanos (Sureh) a disponibilização de acesso ao programa que dá sustentação ao Serviço de Assistência à Saúde (SAS) - sistema de informação que apresenta dados atualizados para a área de gestão administrativa. O controle do SAS da Sureg/PE é feito por meio de planilhas precárias e inadequadas, não é capaz de gerar relatórios individualizados com informações importantes para acompanhamento do beneficiário. Com referência à C.I n.º 1.885/09, a Gerência de Assistência à Saúde (Gesas), por meio de Despacho, de 09/07/09, informa à Sureh a existência de óbices para o acesso ao programa que dá sustentação ao serviço, e ainda da impossibilidade de descentralização do sistema VetorRH para as Suregs, e também que a Conab está em vias de aquisição de um novo sistema que propiciará a solução da questão. Diante dos fatos acima relatados, ocorreram na Sureg/PE atrasos nos lançamentos dos débitos relativos ao SAS na folha de pagamento dos empregados.</p>	<p>5.1 - Recomendamos à Sureg/PE que interaja novamente com a Sureh para verificar se já foi adquirido um novo sistema para descentralização das ações do SAS para as Suregs ou se foi providenciado mecanismo de controle adequado, para possibilitar aos empregados o fornecimento de extrato das despesas realizadas com o Serviço de Assistência à Saúde, visto que o controle já é praticado pela Matriz.</p>	<p>de marilia.barreto em 08/07/2010 como Pendente</p> <p>Já está em fase de implantação, na Sureg/PE, um software que permite controlar as ações do SAS e também possibilita o fornecimento, aos empregados, de extrato detalhado das despesas por eles realizadas.</p> <p>de sergio.amorim em 08/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação acolhida pela equipe de auditores.</p>

6 - Outro ponto da denúncia diz respeito ao Programa da Agricultura Familiar que, na visão do denunciante, não está sendo realizado de forma impessoal, beneficiando a uns em detrimento de outros. Cita também a falta de cobrança dos débitos das CPRs. Constatou-se que a Sureg/PE está envidando esforços para recebimento das CPRs 2003/2004 vencidas e não pagas. Houve reunião com um grupo de trabalho formado pelos empregados da Gerência de Operação (Geope), onde se discutiu a forma de resolver os problemas gerados pela execução do Programa CPR Alimentos nos anos de 2003 e 2004. As dificuldades apontadas foram a falta de destinação de recursos para as providências quanto aos deslocamentos para cobrança das CPRs e apoio das demais áreas para constituir equipe para solucionar o problema, (por exemplo: emissão e impressão da GRU). Outro ponto importante da reunião foi a questão das CPRs emitidas pela Sureg/PE, referentes ao Estado de Alagoas. No entender da equipe de auditores internos, as CPRs referentes ao Estado de Alagoas, devem passar à responsabilidade da Sureg/AL. Ao final dos trabalhos de auditoria o Superintendente positivamente assegurou que medidas saneadoras serão adotadas.

6.1 - Recomendamos à Sureg/PE intensificar esforços para o recebimento dos débitos das CPRs Alimentos 2003/2004.

de thays.queiroz em 07/07/2010 como Pendente

Desde o final do ano de 2009 que esta SUREG, juntamente com a Gerência e Setores diretamente envolvidos, vem desenvolvendo um trabalho de cobrança do débito das CPRs Alimentos 2003/2004. Foi instaurada uma Comissão Permanente das CPRs Alimentos, através do Ato de Superintendência nº 055, de 29/09/2009 (anexo), objetivando tal fim, visto que o prazo de vencimento havia sido fixado em 21/12/2010, conforme a MP nº 36, de 09/01/2009, referente ao rebate de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, autorizado pelo Art. 27 da MP nº 432/2008. Durante esse período, um técnico da Matriz esteve nesta Regional visando o melhoramento do sistema utilizado. Quando identificado os agricultores devedores, foram gerados os acordos e GRU's os quais foram entregues diretamente a eles ou aos sindicatos/associações, visando a assinatura do acordo e em seguida pagamento do débito com o desconto concedido. Alguns agricultores assinaram e pagaram, outros não. Dessa forma, foi realizada no auditório desta Regional, no dia 05/07/2010, às 15h, conforme Ata de Presença em anexo, uma palestra de esclarecimento sobre ações que poderiam ser desenvolvidas para liquidar o débito dos agricultores, bem como consequências que podem acontecer caso não ocorra o pagamento do débito até a data especificada. Na referida reunião, esteve presente um técnico da GEDES/SEGEO para apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos, mais especificamente o Compra com Doação Simultânea, como sendo uma das alternativas de liquidação da dívida através da elaboração de projetos pelas associações e/ou cooperativas. E ainda, um técnico da GEFAD/SECOF apresentando as consequências que irão acarretar caso o débito não seja liquidado, como a inclusão do devedor (beneficiário) no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e no Sistema de Registro de Controle de Inadimplentes – SIRCOI, desta Companhia, o que impedirá de receber recursos e/ou realizar transações comerciais com os órgãos federais, estaduais, municipais e com instituições financeiras integrantes do CADIN, além de ficar automaticamente excluído do Programa, até que se regularize a situação. Por fim, informamos que até setembro serão geradas novas GRU's, com os valores devidos, e entregues aos agricultores, segundo informações do presidente da Comissão. E ainda, que estamos à disposição dos agricultores e nos empenharemos no que for possível, dentro dos normativos vigentes, para elaboração de projetos de compra com doação simultânea.

de thays.queiroz em 07/07/2010 como Pendente

Segue Ata de Frequência, em anexo.

de sergio.amorim em 08/07/2010 como Solucionado

Resposta à recomendação acolhida pela equipe de auditores.

		<p>6.2 - Recomendamos à Sureg/PE fazer o cruzamento dos dados constantes no sistema CPRs Alimentos 2003/2004, com os dados de outros sistemas desenvolvidos para programas assistenciais, com o intuito de identificar inadimplentes das CPRs que são participantes de outros programas.</p>	<p>de thays.queiroz em 07/07/2010 como Pendente</p> <p>Recomendação acatada. Foi realizado um levantamento e cruzamento de dados, pela GEDES/SEGEO, objetivando identificar agricultores inadimplentes das CPR's Alimentos 2003/2004 que estavam participando de programas executados pela CONAB atualmente. Nesse levantamento foram identificados apenas 14 (quatorze) agricultores inseridos em projetos de Compra com Doação Simultânea. Porém, 1 (um) deles está inserido num projeto que já foi executado e os outros em projetos em fase de análise ou aprovação, conforme pode ser verificado no documento anexo. Diante do contexto, não teríamos como, de imediato, negociar com esses agricultores, visto que os projetos ainda não foram aprovados. Mas, esclarecemos que na reunião citada no item anterior (item 6.1), foi apresentado, aos agricultores presentes, o Programa de Compra com Doação Simultânea e muitos ficaram interessados em participar do programa e poder negociar a dívida. Caso haja interesse por parte deles, nos empenharemos para desenvolver os projetos, obedecendo sempre os normativos vigentes.</p>
			<p>de sergio.amorim em 08/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação acolhida pela equipe de auditores.</p>
		<p>6.3 - Recomendamos à Sureg/PE que, para a cobrança dos débitos das CPRs alimentos 2003/2004, observe o disposto nos incisos IV e IX do Art.117, Cáp. X do Código - 10.104 Regimento Interno , que definem as atribuições da Gefad e Geope.</p>	<p>de thays.queiroz em 07/07/2010 como Pendente</p> <p>Quanto à referida recomendação, temos a informar que em 04/02/2010 foi encaminhada a todas as Gerências uma Comunicação Interna – CI nº 238, em anexo, objetivando cientificar os setores que as Guias de Recolhimento da União – GRU's devem ser geradas e emitidas pela área demandante, cabendo à GEFAD/SECOF o controle e cobrança das referidas GRU's.</p>
			<p>de sergio.amorim em 08/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação acolhida pela equipe de auditores.</p>
	<p>7 - Outros itens verificados pelos auditores internos foram a formalização e a conformidade das emissões de ADVs e PCVs com as normas vigentes, por guardar consonância com as denúncias. Na prestação de contas deve-se observar o prazo máximo de três dias para realizá-la, de acordo com o NOC 50.201. Por amostragem, encontrou-se algumas ADVs e PCVs sem a devida assinatura ou mesmo sem a data, e também, vias onde somente o proponente assinou. Mesmo sendo período curto de viagem e valores baixos, deve-se atentar para o preenchimento correto do formulário. Detectamos que em algumas PCVs o prazo de três dias para se fazer a prestação de contas foi excedido sem justificativas. De acordo com as normas, quando o proponente for o autorizador, será necessário assinar apenas o campo 40 do ADV.</p>	<p>7.1 - Recomendamos à Sureg/PE que observe os critérios determinados na norma citada, NOC 50.201, fazendo cumprir os prazos estabelecidos para a prestação de contas das viagens.</p>	<p>de marilia.barreto em 08/07/2010 como Pendente</p> <p>As recomendações da equipe da auditoria foram inteiramente acatadas por esta Superintendência e, ainda, objetivando o cumprimento da mesma, encaminhamos a CI SUREG Nº 1642/2010, em anexo, como forma de alertar todo corpo funcional.</p>
			<p>de sergio.amorim em 08/07/2010 como Solucionado</p> <p>Resposta à recomendação acolhida pela equipe de auditores.</p>

4. Informações contábeis

4.1 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) e o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR

Quadro 125. Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CONAB – Cia. Nacional de Abastecimento - SUREG/PE			135100
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	31/12/2010
Contador Responsável	Rubinaldo Lameira dos Santos	CRC nº	9252-O

Fonte: SUCON

Superintendência de Contabilidade
Rubinaldo Lameira dos Santos
Contador CRC-DF nº 9252-O
CPF: nº 067475232-53
Superintendente

4.2 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)

Não se aplica a unidade gestora, a Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI.

4.3 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas

a) Demonstrações Contábeis – Lei nº 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

b) Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76
Quadro 126. Balanço Patrimonial - Ativos 2009/2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
<i>Materiais em Trânsito</i>	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78

INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83
PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65

Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

Fonte: SUCON

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8
CPF:067475232-53

c) Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 127. Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	Exercício	
	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8
CPF:067475232-53

e) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 128. Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL			
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK
ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA – 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinadas à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA – 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a

convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$ 4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$ 8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante julgados suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc.);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$ 3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$ 10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

I. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTE – 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Quadro 129. Créditos Tributários - em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Fonte: SUCON

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA – 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA – 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$ 150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

- R\$ 116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011.

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$ 15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA – 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA – 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Quadro 130. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

(1) Incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros.

(2) Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo
Quadro 131. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo - em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

Fonte: SUCON

NOTA – 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m., até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$ 2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Quadro 132. Créditos em cobrança - em R\$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA – 11. DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Quadro 133. Devedores/Circulantes - em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

Fonte: SUCON

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Quadro 134. Devedores/Não Circulantes - em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

Fonte: SUCON

NOTA – 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$ 120.748 mil.

NOTA – 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitada mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural – CPR's Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Quadro 135. Bens de Estoques - em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

Fonte: SUCON

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$ 201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA – 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA – 15. DEPÓSITO DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA – 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no CADIN e no SIRCOI, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Quadro 136. Ações prováveis - em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Fonte: SUCON

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A CONAB é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (CIBRIUS) sem o devido pagamento da jóia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando à cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas às exigências editalícias de regularidades no CADIN e no SIRCOI, a não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Quadro 137. Ações possível - em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Fonte: SUCON

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Quadro 138. Ações contingentes - em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

Fonte: SUCON

NOTA – 17. CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL - ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$ 4.548.342 mil.

NOTA – 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$ 2.151 mil e R\$ 5.825, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$ 514 mil e R\$ 2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$ 10.271 mil.

NOTA – 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$ 31.357 mil:

Quadro 139. Diversos Responsáveis em Apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31.357

Fonte: SUCON

NOTA – 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL – CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família

proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$ 40.407 mil e R\$ 50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 10.493 mil.

NOTA – 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Nos exercícios de 2009 e 2010, não ocorreram repasse de recursos do Orçamento da União.

O montante dos recursos repassados foi:

Quadro 140. Programa de Revitalização – PNUD - em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos (FUNCAFÉ)	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

Fonte: SUCON

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu **1.081** municípios e **94** mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas **226** mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 362.500 mil no ano de 2009 e R\$ 379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

4.4 Composição acionária do capital social

a) UJ como investida

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Quadro 141. Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		100%	100%	100%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total				

Fonte: SUCON

b) UJ como investidora
Quadro 142. Investimentos Permanentes em outras sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CICAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Fonte: SUCON

Quadro 143. Ações Preferenciais - em %

Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Fonte: SUCON

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

- (1) *Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste*
 (2) *Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo*

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DF 009252/O-8

4.5 Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis




À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.



ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 - "S-DF"

5. Conteúdo específico

5.1 Remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro 144. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R\$ 1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Fonte: SUREH/GEFOP

Síntese da Remuneração dos Administradores

a) Diretoria da Conab

Quadro 145. Síntese da remuneração dos Diretores

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: SUREH/GEFOP

b) Conselho Fiscal
Quadro 146. Síntese da remuneração dos Conselheiros Fiscais

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: SUREH/GEFOP

C) Conselho de Administração da Conab
Quadro 147. Síntese da remuneração dos Conselheiros Administrativos

Órgão			
Conselho Administração			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: SUREH/GEFOP

6. Unidade Jurisdicionada Patrocinadora de Entidade Fechada de Previdência Complementar

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no **âmbito da Conab/Matriz**.

A - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

- | | | |
|----|-------------------------------|--|
| a) | Nome | CIBRIUS |
| b) | Razão Social | Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. |
| c) | CNPJ: | 00.531.590/0001-89 |
| | Plano de Benefícios: | Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19 |
| d) | Demonstrativos anuais: | |

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro 148. CIBRIUS - Folha de pagamento

SUREG	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: SUREH

2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro 149. CIBRIUS - Contribuições pagas

SUREG	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: SUREH

3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

3.1 Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Quadro 150. Contribuição Patronal

SUREG	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: CONAB/DIAFI/SUCON/GECON/DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício/SIAFI

3.2 Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

- **Total de Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/SIAFI, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela CONAB/SUREH, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

5. Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Quadro 151. CIBRIUS - Descrição

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX 5SE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		

1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a __/__/__	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A - 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibria ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		

Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos reguladores e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.º 108 e 109/2001.

7. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o CIBRIUS tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.
- c) Informações quanto às providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.

8. Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do CIBRIUS serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. **Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.**
- II. **Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09**

Quadro 152. Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados	-	-	3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

Fonte: CIBRIUS

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS. Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais. Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro 153. Meta de rentabilidade

Segmento	Benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

Fonte: CIBRIUS

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do CIBRIUS. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais. As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Quadro 154. Risco de Crédito

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

Fonte: CIBRIUS

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR). O CIBRIUS adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do CIBRIUS mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o CIBRIUS reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Quadro 155. Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos janeiro a dezembro 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE	TR+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%		7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%	6,7301%	4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%
CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+5% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%		2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%	11,80%	-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%
CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%		1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%	12,86%	-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%
CARTEIRA	RENTABILIDADE	CDI	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%		4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%	9,76%	1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%
CARTEIRA	RENTABILIDADE	IBOVESPA	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%
CARTEIRA	RENTABILIDADE	IBrX - 50	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: CIBRIUS

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de Promover o bem-estar social dos seus destinatários.

9. Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da BDO Trevisan Auditores Independentes, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

A. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

B. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

C. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de

suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

D. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões, que representa o desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE). Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual foi julgada procedente em 1.^a instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.

E. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

F. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”.

10. Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007. No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Quadro 156. Parecer Atuarial Anual - Discriminação

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Fonte: CIBRIUS

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Quadro 157. Parecer Atuarial Anual - Contribuição

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

Fonte: CIBRIUS

(1) 1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos:

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo

Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a

realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuária é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

Quadro 158. Patrimônio - Projeções

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270.936.139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

Fonte: CIBRIUS

B - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna – AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL – CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios AUDIN n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão – AUDIN n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.”

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

B.1 Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B.2 Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

B.3 Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna CIBRIUS n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o CIBRIUS não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do CIBRIUS, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o CIBRIUS desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao CIBRIUS em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI CIBRIUS 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o CIBRIUS já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a AUDIN as medidas adotadas.

Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O CIBRIUS, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre as que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

Por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a PREVIC, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão – AUDIN N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a AUDIN incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no CIBRIUS nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último

exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do CIBRIUS levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: “Em nossa opinião, com base em nosso exame e no

parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o CIBRIUS ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro 159. Rentabilidade dos Investimentos no Exercício De 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE	TR+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2003	JAN A DEZ 2003	
Renda Fixa	19,32%		7,56%
Renda Variável	53,40%		38,29%
Imóveis	-18,85%	10,9300%	-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
Empréstimos	38,22%		24,60%
Carteira Geral	18,83%		7,12%
CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+6%aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2003	JAN A DEZ 2003	
Renda Fixa	19,32%		1,98%
Renda Variável	53,40%		32,96%
Imóveis	-18,85%	17,00%	
Fundo Imobiliário	5,26%		
Empréstimos	38,22%		18,14%
Carteira Geral	18,83%		1,78%

Fonte: CIBRIUS

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão – AUDIN Nº 03/2010**Exercício de 2002**

Consoante Acórdão Nº 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab *“que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001”*.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a AUDIN incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no CIBRIUS nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do CIBRIUS e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do

Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o CIBRIUS ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.